Judiciário em Foco

Assessoria de Comunicação - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br







Des. Francisco Sales Neto

Des. Gerardo Brígido

Des. Lincoln Araújo

UM ANO DE ADMINISTRAÇÃO

Investimento em segurança, valorização profissional e melhoria no atendimento ao cidadão

TRIBUNAL PLENO Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Vice-presidente Des. Francisco Sales Neto - Corregedor-geral da Justiça Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha Des. Rômulo Moreira de Deus Desa. Maria Iracema Martins do Vale Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo Des. Francisco Pedrosa Teixeira Desa.Vera Lúcia Correia Lima Des. Francisco Auricélio Pontes Des. Francisco Suenon Bastos Mota Des. Clécio Aguiar de Magalhães Des. Francisco Barbosa Filho Des. Paulo Camelo Timbó Des. Emanuel Leite Albuquerque Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda Des. Jucid Peixoto do Amaral Des. Paulo Francisco Banhos Ponte Desa. Francisca Adelineide Viana Des. Durval Aires Filho Des. Francisco Gladyson Pontes Des. Francisco José Martins Câmara Des. Váldsen da Silva Alves Pereira Des. Francisco Darival Beserra Primo Des. Francisco Bezerra Cavalcante Des. Inácio de Alencar Cortez Neto Des. Washington Luis Bezerra de Araújo Des. Carlos Alberto Mendes Forte Des. Teodoro Silva Santos Des. Carlos Rodrigues Feitosa Desa. Maria Iraneide Moura Silva Des. Francisco Gomes de Moura Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes Desa. Maria Gladys Lima Vieira Desa. Lisete de Sousa Gadelha Des. Raimundo Nonato Silva Santos Des. Paulo Airton Albuquerque Filho Desa. Maria Edna Martins Des. Mário Parente Teófilo Neto Dra. Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral ÓRGÃO ESPECIAL Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha Des. Rômulo Moreira de Deus Desa. Maria Iracema Martins do Vale Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva Des. Francisco Sales Neto Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo Des. Francisco Suenon Bastos Mota Des. Clécio Aguiar de Magalhães Des. Emanuel Leite Albuquerque CARLOS DE MI Des. Francisco Darival Beserra Primo Des. Inácio de Alencar Cortez Neto Des. Washington Luis Bezerra de Araújo Desa. Maria Iraneide Moura Silva Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite Des. Francisco Gladyson Pontes Dra. Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral Juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua Juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein - Juiz Coordenador da Esmec Juiz Emilio de Medeiros Viana - Juiz Auxiliar da Presidência Juíza Mirian Porto Mota Randal Pompeu - Juíza Auxiliar da Presidência Juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência Luís Eduardo de Menezes Lima - Assessor Especial da Presidência Antônio Inimá Fernandes Lima - Secretário Judiciário Diana Santos Pontes - Secretária Especial de Planejamento e Gestão José Almeida Santos Junior - Secretário de Administração Vládia Santos Teixeira - Secretária de Gestão de Pessoas José Joaquim Neto Cisne - Secretário de Finanças Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior - Sec. de Tecnologia da Informação José Wilton Bessa Macêdo Sá - Secretário-executivo do Fórum Clóvis Beviláqua Márcia Morais Ximenes Mendes - Assessora Institucional Antônia Tatiana Ribeiro Araújo - Auditora-chefe de Controle Interno Luís Lima Verde Sobrinho - Ćonsultor Jurídico Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação Silvio de Paiva Ribeiro - Chefe da Assessoria de Cerimonial Ten Cel PM José Herlínio Dutra - Assistente Militar **EXPEDIENTE** A revista Judiciário em Foco é produzida pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário Fortaleza, janeiro de 2014 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará Telefones: (85) 3207.7056/7060 Fax: (85) 3207.7058 E-mail: imprensa@tjce.jus.br Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça



Editorial

gestão do Tribunal de Justiça do Ceará, iniciada em 28 de janeiro de 2013, comemora um ano em clima duplamente festivo. Isso porque a Corte completa 140 anos de existência em 3 de fevereiro de 2014, e a programação de aniversário se estenderá por todo o ano. A memória da Instituição será preservada em livro e documentário. Haverá a retomada da solenidade de outorga da Medalha do Mérito Judiciário e o lançamento do Prêmio Cidadania Judiciária.

Com foco no futuro, o chefe do Poder Judiciário, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, inicou uma série de ações com o apoio do vice-presidente, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, e do corregedor-geral, desembargador Francisco Sales Neto.

Consciente de que não poderia superar todos os obstáculos em um mandato de dois anos, o desembargador Gerardo Brígido escolheu como eixos prioritários a moralização e a transparência das ações.

O trabalho de fortalecimento da credibilidade da Instituição começou logo nas primeiras semanas da atual gestão. Os novos dirigentes visitaram os meios de comunicação do Estado. Durante as entrevistas, o presidente não hesitou em falar sobre temas polêmicos.

Esse perfil o aproximou da sociedade e da imprensa. A mídia reconheceu, em editoriais e artigos, o esforço de moralização da Corte e para diminuir o acervo processual.

A realização de encontros regionais com juízes das comarcas do Interior é outra iniciativa que merece destaque. O presidente acompanhou de perto as necessidades dos magistrados reunidos nos pólos de Crateús, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte. Em julho, foram empossados 32 juízes substitutos do concurso de 2011 ajudando a recompor o quadro de magistrados para atender à demanda no Interior. Como ainda há 93 vagas, o desembargador formou comissão para organizar novo concurso que será realizado em 2014. Também será publicado edital em fevereiro com 238 vagas para concurso de servidores.

É importante ressaltar ainda a implementação do programa de segurança do Judiciário; benefícios a servidores da Capital e do Interior, que tiveram extensão de gratificações e reajuste de auxílio-alimentação; início da construção de três fóruns; emergência médica para servidores, magistrados e jurisdicionados no Fórum de Fortaleza e no Palácio da Justiça; criação de grupo de juízes para auxiliar nos julgamentos de ações de improbidade, além de instalação de unidades judiciárias em Fortaleza e em outras cinco comarcas.

Por fim, o Plantão Judiciário passou a funcionar com novas regras em 2013, trazendo mais segurança jurídica para os magistrados e jurisdicionados, principalmente no que diz respeito à concessão de habeas corpus, tudo de forma a dar pleno cumprimento à Resolução nº 71/CNJ.

Acompanhe, nas próximas páginas, as realizações do Poder Judiciário estadual ao longo de 2013.

SUMÁRIO





Pleno elege nova administração da Justiça estadual para o biênio 2013/2015	6
Órgão Especial empossa 38 magistrados em 2013	17
Consultoria Jurídica elabora 164 convênios, 62 contratos e analisa 540 processos judiciais	19
Comissão desenvolve ações para a eficiência da gestão financeira	21
Serviço ganha nova estrutura e se transforma em órgão de assessoramento	22
TJCE obtém 2º lugar em gestão estratégica entre os Tribunais estaduais	24
Setin conclui sistemas de informática, promove 648 atendimentos e alcança 85% de satisfação	26
Assessoria Institucional promove redução de 20% dos custos de impressão	28
Secretaria de Administração coordena construção de novos fóruns no Interior	30
Cejai/CE julga e habilita três procedimentos de adoção internacional em 2013	37
Coordenadoria da Infância e da Juventude visita unidades de acolhimento de Fortaleza	39
Grupo de Auxílio examina 2.030 ações de improbidade e crimes contra a administração	40
Ouvidoria Geral recebe 4,5 mil manifestações e se destaca como canal aberto à sociedade	41
Tribunal de Justiça cumpre Meta 16 do CNJ	42





Ações de combate à violência contra a mulher conscientizam a população	43
Juizado da Mulher determina mais de quatro mil medidas protetivas	44
Assessoria de Cerimonial promove aproximação entre Judiciário e juventude	45
Juizados Especiais Cíveis e Criminais julgam mais de 69 mil processos em 2013	50
Fórum das Turmas Recursais julga mais de quatro mil processos em 2013	52
Secretaria Judiciária desenvolve ações e projetos para aperfeiçoar rotinas de trabalho	55
Tribunal de Justiça empossa seis desembargadores em 2013	56
Cinco desembargadores do TJCE se aposentam em 2013	58
Tribunal de Justiça lança quatro Revistas de Jurisprudência	60
Juizado Móvel de Fortaleza disponibiliza novas viaturas para atendimento	63
Centro de Treinamento Integrado do Fórum realiza 165 capacitações no ano de 2013	64
Ouvidoria do Fórum registra 3.279 manifestações	65
Centro Judiciário do Fórum adota prática de mediação para solução de conflitos familiares	70
Coman cumpre 98,31% dos mandados recebidos em 2013	71
Diretoria do Fórum implementa melhorias no Serviço de Distribuição	72
Serviço ultrapassa 641 mil atendimentos e presta mais de 1,6 milhão de informações	74
Departamento de Informática do Fórum digitaliza 1,5 milhão de páginas de ações das Varas Cíveis	75
Ações contribuem para reinserção social de apenados e egressos	76

POSSE DE GESTORES



Desembargador Gerardo Brígido assumiu a Presidência em 28 de janeiro

Nova administração da Justiça estadual toma posse para o biênio 2013/2015

atual gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) teve início em 28 de janeiro de 2013, para mandato de dois anos. O desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido assumiu a presidência do Tribunal, substituindo o desembargador José Arísio Lopes da Costa. Na vice-presidência, foi empossado o desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva.

No dia 29 do mesmo mês, a desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar transmitiu o cargo de corregedorgeral da Justiça estadual ao desembargador Francisco Sales Neto. Na mesma data, o juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues tomou posse como diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, substituindo o juiz José Krentel Ferreira Filho.

LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO – Natural de Fortaleza, é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Ingressou na magistratura em 1979, atuando nas Comarcas de Jaguaruana, Pacajus, Tianguá e Tauá. Foi também juiz titular da 20ª Vara Cível de Fortaleza. No Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), ocupou os cargos de corregedor e de presidente (outubro de 2009 a

janeiro de 2011). Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em outubro de 2002. Foi vice-presidente da Corte no biênio 2011/2013.

FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA – Nascido em Acopiara (CE), é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFC. Iniciou a carreira como promotor de Justiça de Orós, sendo promovido, em 1974, para a Comarca de Várzea Alegre. Atuou ainda em Iguatu e Fortaleza. Em 1995, foi promovido a procurador de Justiça. É desembargador do TJCE desde outubro de 2006, eleito pelo critério do quinto constitucional, em vaga destinada ao Ministério Público. Antes de assumir o novo cargo, presidiu a 8ª Câmara Cível do Tribunal e foi diretor da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

FRANCISCO SALES NETO – Natural de Catolé do Rocha (PB), tem graduação em Direito pela UFC. Como juiz, desempenhou funções em Alto Santo, Jaguaribe, Iracema, Baturité e Aracoiaba. Passou ainda por Maranguape e Fortaleza. Foi juiz auxiliar da Corregedoria, da Diretoria

do Fórum Clóvis Beviláqua e da Presidência do TJCE. Assumiu como desembargador em junho de 2007. Na Corte, integrou a 1ª Câmara Cível.

LUCIANO LIMA RODRIGUES – Ingressou na magistratura em 1993, assumido inicialmente a Comarca de Jaguaruana. Atuou também na 1ª Vara da Comarca de Baturité. Em 2003, foi promovido para Fortaleza, como juiz auxiliar. Em

2006, assumiu a 2ª Vara de Falências e Concordatas e, desde 2009, atuava como titular da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O magistrado também atuou como juiz eleitoral, juiz coordenador da Esmec e juiz auxiliar da Presidência do TJCE. O magistrado é pós-doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal, doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em Direito pela UFC.



Vice-presidente Francisco Lincoln Araújo e Silva é desembargador do TJCE desde 2006



A transmissão de cargo do corregedor-geral ocorreu no dia 29 de janeiro

PRESIDÊNCIA



Des. Gerardo Brígido presidiu encontro com juízes nas comarcas do Interior

Maior aproximação com juízes, valorização dos servidores e investimentos em segurança

primeiro ano da administração do desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, à frente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), foi marcado pela maior aproximação com juízes, valorização dos servidores e investimentos na área de segurança e infraestrutura. Eleito na sessão do Pleno em 12 de novembro de 2012, assumiu o cargo no dia 28 de janeiro de 2013.

O presidente fez questão de ir ao Interior do Estado para ver de perto as condições de atuação das comarcas, ouvir os magistrados e apresentar os projetos que estão sendo implementados para o biênio 2013/2015. O principal objetivo das medidas é assegurar o bom funcionamento das unidades judiciárias.

INFRAESTRUTURA

As construções dos Fóruns de Assaré (a 502 km de Fortaleza), Boa Viagem (222 km da Capital) e Crateús (354 km de Fortaleza) já começaram e vão trazer melhores condições de trabalho e de atendimento para a população.

Foram intensificadas também as obras de reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (Fortaleza) e de Maracanaú (Região Metropolitana da Capital). As intervenções incluem serviços de alvenaria, pisos, revestimentos e instalações elétricas, entre outras.

QUADRO DE PESSOAL

O desembargador anunciou a realização de concursos públicos em 2014. A seleção para servidores, que deve ter o edital publicado em fevereiro, com 238 vagas, será organizada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

O certame de juiz substituto está previsto para ter início em março, com a publicação do edital. A organização ficará a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC). Em julho de 2013, foram empossados 32 juízes substitutos do concurso homologado em abril do mesmo ano. Dos 5.018 inscritos, apenas 38 conseguiram aprovação.

SEGURANÇA

Na área da segurança, foram entregues 214 detectores portáteis de metais aos juízes. Serão instalados 260 portais de segurança, 70 catracas de acesso e circuito de câmeras de filmagem em todo o Estado, com monitoramento na Capital.

SERVIDORES

A Presidência do TJCE enviou, à Assembleia Legislativa, mensagem de lei referente à isonomia salarial entre servidores da Capital e do Interior. A matéria foi aprovada no dia 1º de novembro de 2013 pelo Tribunal Pleno.

66

O principal objetivo das medidas é assegurar o bom funcionamento das unidades judiciárias

O texto, que substitui a mensagem anterior (nº 07/2012), foi entregue pelo desembargador Gerardo Brígido ao presidente do Legislativo cearense, deputado José Albuquerque, no dia 6 de novembro. Mais de 1.300 funcionários da Justiça cearense serão beneficiados. A implementação da isonomia será feita em cinco anos, com a primeira parcela programada para julho de 2014.

Outra medida é a regulamentação para conceder Gratificação por Execução de Trabalho Relevante Técnico ou Científico, conforme a Portaria nº 938/2013. O benefício foi estendido aos servidores que prestam assistência aos magistrados nas comarcas do Interior. A gratificação era concedida somente para os profissionais lotados em Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral.

Também houve reajuste de 80% nos valores das diárias concedidas aos servidores do Judiciário, à disposição e militares, quando viajarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da localidade em exercício para outro ponto do território estadual, nacional ou do exterior. Além do aumento, foram estabelecidas regras para concessão dos benefícios, de acordo com decisão do Órgão Especial, de 22 de agosto.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Desde o dia 27 de setembro de 2013, o plantão da Justiça do Ceará atende com novas regras. As alterações valem para o TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua e 20 Núcleos do Interior do Estado. Os novos procedimentos constam na Resolução nº 10/2013, aprovada pelo Órgão Especial no dia 19 de setembro.

Entre as mudanças, ficou estabelecido que não podem mais ser apreciados pedidos de habeas corpus, liberdade provisória e relaxamento de prisão que tenham como fundamento excesso de prazo da prisão. Esses pedidos devem ser analisados no expediente regular pelo juízo competente.

Também não são examinados pedidos referentes a levantamento de importância em dinheiro nem liberação de bens apreendidos, sendo limitada a apreciação às matérias previstas no artigo 1º da Resolução nº 71 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

Foram instaladas 15 unidades judiciárias em Fortaleza (22º Juizado Especial Cível e Criminal), Itapipoca



Reunião em Juazeiro do Norte mobilizou 37 juízes

(3ª Vara), Iguatu (3ª Vara), Caucaia (1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões, além da 3ª e 4ª Varas Criminais), Crato (Vara Única de Família e Sucessões) e Juazeiro do Norte (3ª Vara Cível).

No dia 7 de janeiro de 2014, começaram a funcionar as novas Varas (10ª à 15ª) da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua. Das 15 unidades, a 1ª, 2ª, 6ª e 11ª têm competência exclusiva para julgar processos relativos ao Juizado Especial da Fazenda Pública, instalado na mesma data. A alteração foi aprovada em 22 de novembro, pelo Pleno do Tribunal. A 16ª Vara da Família da Capital passou a ter a mesma competência das demais unidades.

Além disso, serão instaladas, em Fortaleza, duas Turmas Recursais do Juizado da Fazenda Pública e novas Varas Cíveis (31ª à 39ª), Criminais (19ª à 23ª), de Família (19ª à 23ª), de Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributária (7ª à 12ª) e Juizados Especiais Cíveis e Criminais (21º e 26º).

ENCONTROS REGIONAIS

As reuniões ocorreram em Crateús (14/10), Limoeiro do Norte (04/11) e Juazeiro do Norte (11/11). Ao todo, 77 juízes participaram dos encontros que há seis anos não eram promovidos pelo TJCE. Outros quatro estão programados para 2014.

MODELO DE GESTÃO

A atual administração buscou a melhoria da produção quantitativa e qualitativa da prestação jurisdicional adotando medidas como a revisão dos fluxos processuais, composições das equipes de trabalho, divisões de tarefas, horários de servidores e funcionários, inclusão de ferramentas digitais e métodos de priorização de atendimento ao público. Ao longo de 2013, as ações se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos compostos por 1.531 portarias, duas resoluções do Pleno, 13 resoluções do Órgão Especial, um assento regimental e 25 provimentos.

JUÍZES AUXILIARES

Os juízes auxiliares são requisitados pela Presidência para exercer interlocução direta com os magistrados, prestar informações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e intermediar o diálogo com instituições públicas e privadas. Logo ao assumir, o desembargador Gerardo Brígido convocou os magistrados Mirian Porto Mota Randal Pompeu, Emilio de Medeiros Viana e Francisco Eduardo Fontenele Batista para auxiliarem a Presidência.

Ao longo do ano de 2013, eles prestaram assistência nas questões referentes a pagamentos de precatórios, pedidos de suspensão de liminares e

66

Juízes auxiliares prestam assistência nas questões referentes a precatórios, pedidos de suspensão de liminares, acompanhamento de processos, entre outras funções



Chefe de gabinete, Aline Fernandes (à esquerda), e oficiala de gabinete, Raquel Mota (à direita)



Juízes auxiliares Mirian Mota Randal, Emilio Viana e Eduardo Fontenele

tutelas antecipadas; promoveram acompanhamento dos processos de interesse do TJCE no CNJ, inclusive, realizando, por delegação da Presidência, sustentações orais; acompanharam os julgamentos do Órgão Especial e Tribunal Pleno; e elaboraram proposições de interesse da Presidência, entre outras atividades.

ASSESSOR ESPECIAL

O assessor especial Luís Eduardo de Menezes Lima coordena a execução dos projetos no âmbito do Poder Judiciário estadual e acompanha o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Presidência. Para maior controle e eficiência das ações, mantém encontros diários com os gestores e, a cada 15 dias, coordena as reuniões do Comitê Executivo do TJCE, formado por secretários e assessores. Em 2013, 15 projetos estratégicos passaram pela análise da Assessoria Especial.

CHEFIA DE GABINETE

A chefe de gabinete Aline Fernandes é responsável pelo encaminhamento das mais diversas demandas que chegam à Presidência. Com organização e disciplina, ela consegue controlar a agenda, coordenar as atividades administrativas do Gabinete e prestar assistência direta ao presidente, demais desembargadores, secretários e assessores. Conta com o apoio da oficiala de gabinete



Assessor especial, Luis Eduardo Menezes, coordena execução de projetos



No decorrer de 2013, o presidente do Tribunal de Justiça recebeu sete homenagens

Raquel Pessoa Mota que checa as correspondências e revisa atos administrativos e normativos.

RECONHECIMENTO

No decorrer de 2013, o presidente do Tribunal recebeu sete honrarias. No dia 22 de maio, foi agraciado com placa de homenagem do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) entregue pelo gerente regional Nordeste, Roberto Henrique Costa. É uma forma de o CIEE prestigiar instituições que dão oportunidades de estágio aos estudantes.

Em 24 de maio, recebeu a Medalha Grande Mérito da Polícia Militar, destinada às personalidades que contribuem para a missão da PM. No dia 24 de junho, foi agraciado com a Medalha do Mérito Municipal Governador Raul Barbosa, outorgada pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) durante a comemoração dos 59 anos da Corte de Contas. A entrega foi feita pelo presidente do TCM, conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar. A medalha é destinada a personalidades que se destacaram na vida pública.

No dia 4 de julho, recebeu a Medalha Pinto Martins, da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), entregue durante comemoração dos 18 anos de existência da instituição. A honraria é concedida a personalidades que colaboraram de forma expressiva para o desenvolvimento das atividades da Ciopaer.

Em 7 de agosto, o magistrado recebeu placa da Assembleia Legislativa do Estado, em alusão ao Dia Nacional dos Bombeiros Militares. No dia 8 de agosto, foi agraciado com a Comenda "Machadinha Simbólica", em comemoração ao 88° aniversário do Corpo de Bombeiros Militar. A comenda foi entregue pelo secretário-adjunto da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, João Vasconcelos Sousa.

Em 17 de outubro, recebeu a Comenda Distinção Honorífica, que celebrou os 87 anos da Casa Militar do Governo do Estado. É a mais elevada condecoração da Casa Militar, outorgada para personalidades ou entidades que tenham significativa relevância para a instituição, conquistada por meio de atitudes que superaram as ações cotidianas, demonstradas por qualquer conduta que tenha colocado em condição de excelência o nome da Casa Militar. A comenda foi entregue pelo secretário chefe da Casa Militar, coronel Joel Costa Brasil, representando o governador Cid Gomes.



Sala de apoio da Presidência

Vice-presidência analisa mais de quatro mil ações judiciais

Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) analisou 4.028 ações judiciais no ano passado. Também foram examinados nove processos administrativos.

De acordo com a estatística divulgada, a maioria dos processos é referente à análise de juízos de admissibilidade de recursos especiais, extraordinários e ordinários. O exame é necessário para admitir ou não o envio dos autos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Habeas corpus, agravos de instrumento, mandados de segurança, medidas cautelares, despachos de expediente e decisões diversas também estão entre as ações avaliadas.

O vice-presidente, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, disse que o número de ações examinadas é resultado do esforço da equipe de servidores e do juiz auxiliar Agenor Studart Neto, que supervisiona as atividades.

O desembargador também destacou a implantação do Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer), criado por meio da Resolução nº 2/2013 do Órgão Especial, que contribuiu para agilizar os trabalhos. O Núcleo tem como objetivo acompanhar os recursos similares às ações que se encontram sobrestadas aguardando julgamento dos tribunais superiores.

A Vice-Presidência também é responsável pelo controle e distribuição de feitos destinados às Câmaras Cíveis e Criminais (Reunidas e Isoladas), Órgão Especial, Tribunal Pleno e Conselho da Magistratura. Em 2013, foram distribuídos/redistribuídos 63.468 processos, além de transferidos 28.615 em decorrência de aposentadorias e remoção de desembargadores entre os órgãos julgadores.

O número de ações examinadas é resultado do esforço da equipe de servidores e do juiz auxiliar Agenor Studart Neto, que supervisiona as atividades



Des. Francisco Lincoln destaca o esforço da equipe para a analise de grande número de ações



Juiz Agenor Studart Neto coordena as atividades

PROCESSOS ANALISADOS EM 2013	
Recursos especiais	1.234
Recursos extraordinários	215
Recursos ordinários	269
Decisões diversas	230
Despachos de expediente	1.896
Total	3.844

PROCESSOS ELETRÔNICOS	
Habeas corpus	157
Agravos de instrumento	08
Mandados de segurança	07
Cautelares	12
Total	184



Vice-presidência analisa juízo de admissibilidade dos recursos

PATERNIDADE SOCIOAFETIVA



Corregedor-geral, des. Francisco Sales Neto, supervisionou 379 inspeções e correições

Corregedoria Geral autoriza reconhecimento da paternidade socioafetiva no Ceará

Corregedoria Geral da Justiça autorizou o reconhecimento da paternidade socioafetiva, quando não se leva em consideração fatores biológicos, mas o vínculo afetivo. Para fazer a solicitação, o interessado deve apresentar documento de identificação com foto, certidão de nascimento da pessoa a ser reconhecida, bem como os dados da mãe. Além disso, ela precisa assinar quando o filho tiver menos do que 18 anos de idade. Se for maior, depende da anuência escrita dele.

O reconhecimento só poderá ser requisitado perante Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais no qual a pessoa se encontra registrada. Ainda de acordo com o Provimento nº 15/2013, sempre que o oficial do cartório suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé, não fará o procedimento e encaminhará o caso ao Juízo competente. O documento não impede a discussão judicial sobre a paternidade biológica.

MUTIRÃO

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará movimentou 2.372 processos durante mutirão na Comarca de Várzea Alegre, distante 446 km de Fortaleza, no mês de novembro. Ao todo, foram proferidos 1.795 despachos e 577 sentenças. A força-tarefa, supervisionada pelo corregedor-geral, desembargador Francisco Sales Neto, teve o objetivo de diminuir o acervo processual da Vara Única da Comarca.

A iniciativa contou com a participação dos juízes Renato Esmeraldo Paes (Missão Velha), Danila Cláudia Le Sueur Ramaldes (Mauriti), João Pimentel Brito (Ipaumirim), Izabela Mendonça Alexandre de Freitas (Jucás), Douglas José da Silva (Milagres), Larissa Braga Costa de Oliveira (Cariús), Ronald Neves Pereira (Porteiras), Renato Belo Vianna Velloso (1ª Vara Criminal do Crato), Luiz Sávio de Azevedo Bringel (3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte) e Juraci de Sousa Santos Júnior (Jardim).

VOTO DE LOUVOR

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou votos de louvor ao corregedor geral da Justiça e aos juízes que participaram do mutirão. O voto foi proposto pelo presidente da Corte, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, na sessão de 28 de novembro. "O corregedor e a equipe que trabalharam estão de parabéns. Eles estão se desdobrando em virtude da carência de magistrados", disse.

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

A Corregedoria promoveu 379 inspeções e correições em 2013. Destas, 120 foram judiciais e 259

extrajudiciais. Os trabalhos foram supervisionados pelo corregedor-geral.

As inspeções judiciais tiveram à frente os juízes corregedores auxiliares João Everardo Matos Biermann, Neuter Marques Dantas Neto, Marcelo Roseno de Oliveira e Joaquim Vieira Cavalcante Neto. As extrajudiciais foram feitas pelos auditores Márcia Aurélia Viana Paiva e Sóstenes Francisco de Farias.

A medida objetiva, entre outros, fiscalizar o trabalho de juízes e servidores, o andamento dos processos, a infraestrutura dos Fóruns e o cumprimento de determinações da Corregedoria. Também visa fiscalizar os atos dos cartórios e os registros nos livros.

66

O corregedor e a equipe que trabalharam estão de parabéns. Eles estão se desdobrando em virtude da carência de magistrados



Corregedoria Geral movimentou 2.372 processos durante mutirão de Várzea Alegre

SECRETARIA GERAL



Aprovados no concurso público para juiz substituto em solenidade de posse

Órgão Especial empossa 38 magistrados em 2013

Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) empossou 38 novos magistrados para comarcas do Interior em 2013. O chefe do Judiciário cearense, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, presidiu as sessões em que ocorreram as posses.

Em julho, foram empossados 32 aprovados no concurso aberto em 2011 na gestão do desembargador José Arísio Lopes da Costa. Também tomaram posse seis candidatos do concurso de 2005, que estavam sub judice.

JULGAMENTOS

De janeiro a dezembro de 2013, o Órgão Especial realizou 42 sessões ordinárias e julgou 979 processos. O Tribunal Pleno julgou nove processos entre ações administrativas disciplinares, reclamação disciplinar, sindicância e embargos de declaração. Durante o mesmo período, o Conselho da Magistratura apreciou 26 processos em 18 sessões.

Os dados foram divulgados pela Secretaria Geral

do TJCE, que tem como titular Chrystianne dos Santos Sobral. Ela também secretaria o Tribunal Pleno e o Conselho da Magistratura.

PLANTÃO

De janeiro a dezembro, o Órgão Especial aprovou 13 resoluções, entre elas a de nº 10, que regulamenta o Plantão Judiciário na Capital e no Interior, de acordo com a Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), em 27 de setembro, a Resolução do Órgão Especial determina que, durante o plantão, não poderão ser apreciados pedidos de habeas corpus, liberdade provisória e relaxamento de prisão fundamentados no excesso de prazo da prisão. Esses pedidos devem ser analisados no expediente regular da unidade judiciária competente.

O documento determina ainda que pedidos de levantamento de importância em dinheiro e liberação de bens apreendidos também não serão examinados, assim como as solicitações que poderiam ser apresentadas antes do início do plantão, mas não foram por inércia da parte interessada. Serão apreciadas as matérias determinadas pelo artigo 1º da Resolução nº 71 do CNJ.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Coordenado pela Secretaria Geral, o Departamento de Serviços Integrados de Saúde promoveu campanhas em benefício dos servidores da Justiça estadual.

A prevenção e o tratamento do diabetes foi a primeira campanha realizada pelo Departamento no ano de 2013. Os servidores fizeram teste de glicemia e receberam orientações médicas.

A campanha de triagem vocal, iniciativa do Setor de Fonoaudiologia do TJCE, buscou prevenir deficiências nas cordas vocais e laringe, além de conscientizar sobre a necessidade de procurar um especialista quando houver indícios de alteração na voz.

Em parceria com a Secretaria Executiva Regional VI, da Prefeitura de Fortaleza, o Departamento também realizou campanha de vacinação contra gripe e hepatite B.

Visando melhorar o atendimento aos servidores, foram contratados para o Departamento de Saúde profissionais nas áreas de medicina, enfermagem, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, além de auxiliar de saúde bucal.

O setor recebeu, ainda, o apoio de uma ambulância para atender casos de urgência e emergência. A equipe da unidade móvel é composta por um técnico em enfermagem e um socorrista que atendem durante o horário de expediente do Tribunal. Eles realizam primeiros socorros e o deslocamento de pacientes para hospital mais próximo.



Órgão Especial empossou 38 novos magistrados. Em 42 sessões, foram julgados 979 processos



Secretária geral, Chrystianne Sobral, e equipe durante reunião de planejamento

Consultoria Jurídica elabora 164 convênios, 62 contratos e analisa 540 processos judiciais

Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) elaborou pareceres para 164 convênios e 62 contratos entre o Poder Judiciário estadual e entidades não governamentais, públicas e privadas do Estado, em 2013.

Em dezembro do ano passado, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, firmou convênio com o Instituto Venelouis Xavier Pereira para apoiar o projeto "Amor à Vida, Crack Não".

Ainda no mesmo mês, foi assinado convênio com a Faculdade Paraíso do Ceará (FAP/CE), sediada em Juazeiro do Norte. O acordo possibilitou a instalação de um Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) dentro da instituição, que funciona como Núcleo de Práticas Jurídicas para os alunos do curso de Direito.

O TJCE firmou convênios com o Movimento Emaús – Amor e Justiça, a Fundação Franklin Roosevelt e o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta para a doação de bens e materiais inservíveis ao Tribunal.

Em outubro, foi assinado contrato com a Fundação

Demócrito Rocha para realização do projeto Cidadania Judiciária, ampliando o canal de comunicação entre Judiciário e sociedade. Também foi firmada parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/CE) para atuar como agente de integração no recrutamento de estagiários.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Entre os processos administrativos que tiveram parecer da Consultoria, estão a Resolução nº 1 do Tribunal Pleno e a reestruturação do Projeto de Lei da Isonomia. O setor participou ainda da revisão da portaria que instituiu o Subcomitê Gestor de Tecnologia da Informação (SGTI).

A resolução, aprovada em outubro, estabelece a instalação da 5ª Vara da Comarca do Crato e a alteração da competência das quatro unidades existentes. Com isso, a 5ª Vara fica encarregada de julgar processos de família e sucessões, enquanto a 1ª e 2ª unidades passam a ter jurisdição criminal. A 3ª e a 4ª tornaram-se 1ª e 2ª Varas Cíveis, respectivamente.

A mensagem do projeto de lei, que trata da



Da esquerda para direita: servidores Alexandre Diogo, Martin Brito, Luiz Lima Verde (consultor jurídico) e Pedro Alves



Consultoria Jurídica elabora pareceres para convênios, contratos, processos judiciais e administrativos

isonomia salarial dos servidores do Judiciário cearense, foi aprovada pelo Tribunal Pleno e enviada para a Assembleia Legislativa do Ceará em novembro.

O SGTI, criado pela Portaria nº 1394/2013, auxilia administrativamente o Comitê Gestor de Modernização do Poder Judiciário (COGEM) nas ações referentes à Tecnologia da Informação. Também colabora com o presidente do TJCE na tomada de decisões quanto às políticas e diretrizes de TI, além de acompanhar e avaliar a execução de projetos e ações referentes ao setor.

Durante o ano, foram examinados cinco pedidos de impugnação à lista de antiguidade dos magistrados. Os juízes ingressaram com reclamação no Órgão Especial questionando a mudança da interpretação adotada pelo Tribunal sobre o critério de desempate.

Ao apreciar a questão, o desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido rejeitou os pedidos. De acordo com o parecer, o entendimento da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN) é de que, havendo empate na antiguidade, o juiz mais antigo na carreira terá prioridade. Em vista disso, contrariar essa determinação é desobedecer a hierarquia normativa.

PROCESSOS JUDICIAIS

De acordo com o consultor jurídico, Luís Lima Verde Sobrinho, de janeiro a dezembro, a Consultoria Jurídica analisou 542 processos judiciais, sendo 252 suspensões de liminar ou antecipações de tutela.

Entre as decisões, o desembargador Luiz

Gerardo de Pontes Brígido suspendeu liminar que impedia a construção de viadutos sobre o cruzamento das avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Junior e o corte de árvores do Parque do Cocó na área das obras também foi suspensa. Na decisão de julho, o chefe do Poder Judiciário afirmou que, ao conceder a medida, o Juízo de 1º Grau não mensurou a potencialidade danosa ao meio ambiente em relação aos significativos benefícios que os viadutos trarão à população.

Em setembro e outubro duas liminares que impediam o processo licitatório destinado à construção da Linha Leste (Centro – Fórum Clóvis Beviláqua) do Metrô de Fortaleza foram suspensas. Empresas que participaram da licitação alegaram que os concorrentes não atenderam às exigências do edital de contratação.

O presidente do TJCE afirmou que as decisões de 1º Grau implicaram grave lesão à ordem pública pois paralisariam o processo licitatório por tempo indeterminado e atrasariam o repasse de verbas federais para o Estado.

Outra decisão interlocutória suspensa foi a da construção da ponte estaiada sobre o rio Cocó e a operação, manutenção e exploração do Mirante. Um consórcio que participava da licitação foi inabilitado porque não teria demonstrado que o responsável técnico pelo projeto pertencia ao quadro de permanentes do grupo empresarial. O desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido suspendeu a liminar porque o Juízo de 1º Grau interveio indevidamente na discricionariedade do Estado.

Comissões desenvolvem ações para a eficiência da gestão financeira

Secretaria de Finanças (Sefin) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está coordenando comissões, formadas por gestores e assessores do Tribunal, com o objetivo de estudar boas práticas e propor medidas com foco na eficiência, transparência, racionalização e otimização das receitas e despesas do Poder Judiciário.

Nesse sentido, foi instituída comissão com o objetivo de buscar a excelência da gestão dos custos operacionais, com foco na eficiência e otimização das despesas públicas pelo Poder Judiciário. A etapa final do projeto consistirá na implantação de sistema de avaliação de custos em cada secretaria do Tribunal e das comarcas.

Ainda dentro das ações de eficiência da gestão financeira, a Sefin instituiu duas comissões: uma para aperfeiçoar o modelo de arrecadação do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju) e outra para monitorar as receitas diretamente recebidas pelo Fundo. Outra função da comissão de monitoramento é avaliar as ações empreendidas pelas serventias judiciais e extrajudiciais (cartórios), com o objetivo de verificar a regularidade dos recolhimentos efetuados ao Fermoju.

MUTUÁRIOS DA COHAB

Também em 2013, a Sefin atuou na regularização dos imóveis dos mutuários da Companhia de Habitação do Ceará (Cohab/CE). A iniciativa fez parte de acordo de

cooperação firmado entre o TJCE, o Governo do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza, e promoveu a redução das quantias cobradas pelos cartórios para fins de registro imobiliário, entre outros benefícios.

O TJCE providenciou, por meio da lei estadual nº 15.381/2013, a redução em 70% dos valores dos emolumentos, das parcelas do Fermoju e dos selos de autenticidade. A medida vai vigorar durante um ano, prorrogável uma vez pelo mesmo período. Inicialmente, serão beneficiadas 22.877 famílias que moram em casas construídas pela Cohab, por meio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

SELO DIGITAL

A Sefin iniciou, em 2013, a implantação do Selo Digital Extrajudicial. O projeto, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Corregedoria Geral da Justiça, viabilizará maior controle e facilidade nas atividades de correição, além de promover mais transparência na validação de documentos expedidos pelos cartórios do Estado.

"Também haverá redução de custos de aquisição de documentos, bem como a minimização do risco de fraude", afirmou o secretário de Finanças, José Joaquim Neto Cisne. O projeto-piloto funciona atualmente em cinco cartórios da Capital. O Selo Digital será implementado em todos os cartórios até julho de 2014.



Sefin iniciou a implantação do Selo Digital Extrajudicial

PRECATÓRIOS



O setor efetuou pagamentos de parcelas prioritárias de credores do Estado e de municípios

Serviço ganha nova estrutura e se transforma em órgão de assessoramento

Serviço de Precatórios do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que antes integrava a Consultoria Jurídica da Presidência, passou por importantes transformações em 2013. O setor, agora renomeado como Assessoria de Precatórios, foi elevado pela Lei nº 15.380/2013 a órgão de assessoramento direto da Presidência, passando a contar com uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica próprias, sob a coordenação de um Assessor-Chefe.

O chefe da Corte de Justiça estadual, Luiz Gerardo de Pontes Brígido, priorizou a informatização do órgão, visando proporcionar maior controle e efetivo pagamento das dívidas, objetivo principal do setor. Para isso, o TJCE obteve do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul cessão gratuita do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE), já em utilização.

A par disso, a Presidência também adotou o sistema SAJSG para a tramitação dos requisitórios, possibilitando a virtualização de todos os processos físicos de precatórios e requisições de pequeno valor. Referido trabalho, composto de etapas como higienização, digitalização, autuação, importação, indexação, assinatura, liberação das peças nos autos e distribuição de todos os feitos, foi desenvolvido pela Assessoria de Precatórios, com o apoio da Secretaria Judiciária, Assessoria Institucional e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Ao fim do processo, foram virtualizados 1.013 autos, tornando possível a consulta integral, antes realizada apenas presencialmente pelos credores e procuradores, diretamente pela internet, por meio de senha eletrônica fornecida pelo órgão.

PAGAMENTOS

Também ao longo de 2013, o setor efetuou pagamentos de parcelas prioritárias (preferência), totalizando R\$ 602.521,54 em repasses para 40 credores do Estado, e R\$ 4.384.606,82 para 77 credores do Município de Fortaleza. Igualmente pagos precatórios

O setor, agora renomeado como Assessoria de Precatórios, foi elevado pela Lei nº 15.380/2013 a órgão de assessoramento direto da Presidência

com observância da lista cronológica, assim como RPVs devidos pelo Estado do Ceará, pelo Município de Fortaleza e por municípios do Interior, nos valores de R\$ 3.948.308,33 e R\$ 742.259,80, respectivamente.

Outra ação de destaque em 2013 foi a realização de audiências de conciliação entre o Estado e parte de seus credores, no mês de janeiro. Referidos esforços resultaram no pagamento de R\$ 9.157.485,00, após conclusão de 77 sessões de conciliação realizadas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação.

BLOQUEIOS

Durante o ano de 2013 foram também efetivados sequestros de mais de R\$ 3.400.000,00 para quitação de parcelas mensais ou anuais devidas por municípios do interior como Barro, Quixeramobim, Ubajara e Baturité, dentre outros.

No regime comum, foram sequestrados valores para pagamento de precatórios, como ocorreu como o Município de Caucaia, que teve toda sua dívida judicial

PLANO ESTRATÉGICO

Em 2013, também foi definido o Plano Estratégico 2013-2015 da Assessoria de Precatórios. Entre os projetos estão a implantação da Assessoria Técnica de Cálculos e da Assessoria Jurídica; a completa virtualização da tramitação dos autos e a otimização do setor; o levantamento de casos de referência para aproveitamento de boas práticas, atividade que já vem sendo realizada; a reestruturação do espaço físico, com criação de um call center, além do incremento dos serviços de protocolo e reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios.



A Assessoria de Precatórios promoveu 77 sessões de conciliação

TJCE obtém 2º lugar em gestão estratégica entre os Tribunais estaduais

Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica em 2013. O diagnóstico apresenta as condições de formulação, implementação, comunicação e monitoramento da estratégia para a modernização do Judiciário.

Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Superiores e Conselhos) o TJCE ocupa a quarta colocação. Com índice de 98%, o TJRN ocupa o primeiro lugar. O relatório parcial foi divulgado no dia 19 de dezembro, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo a secretária especial de Planejamento e Gestão do TJCE, Diana Santos Pontes, o resultado demonstra a evolução pela qual a Justiça do Ceará vem passando. Como ações que contribuíram para esse alcance, ela destaca a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias, capacitação de servidores e magistrados em competências

estratégicas e instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução da estratégia da instituição. Como próximos passos, a secretária informa que está previsto o aprimoramento da gestão de processos de trabalho no Tribunal.

REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de alinhar as metas institucionais e os projetos estratégicos às diretrizes da nova administração, iniciada em janeiro de 2013, TJCE revisou o Plano Estratégico do Judiciário estadual 2010-2014.

O trabalho ocorreu em cinco etapas e contou com o envolvimento de entidades de classe ligadas à Justiça cearense, além das Secretarias, Assessorias e Departamentos do Tribunal. Ao todo, foram aprovados 32 indicadores e a inclusão das metas nacionais estipuladas pelo CNJ.

O Plano Estratégico vem sendo executado desde 2010 e segue diretriz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com a Resolução nº 02/2010 do TJCE, o documento deve ser revisado a cada gestão. Para



Seplag desenvolveu Sistema de Padronização Organizacional



Ações contribuíram para rotinas mais eficientes de trabalho





O TJCE obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica em 2013

acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico e a execução orçamentária do Tribunal, foi criado em 2013 o Comitê Executivo (Coex), composto por secretários e assessores do TJCE.

PADRONIZAÇÃO E MELHORIA DOS PROCESSOS

Outras ações em gestão estratégica promovidas ao longo de 2013 foram a "Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação", o "Plano de Comunicação da Estratégia do Judiciário cearense", a "Pesquisa sobre Compreensão da Estratégia", o "I Concurso Cultural sobre Gestão Estratégica" e a realização de cursos para a disseminação da cultura do planejamento.

A Seplag também implantou o Sistema de Padronização Organizacional, com o objetivo de padronizar as atividades administrativas e judiciárias do TJCE, e otimizou o macroprocesso de Aquisição de Bens de Consumo e Bens Permanentes, de Serviços de Engenharia, de Soluções de

TI e de Serviços de Consultoria. As ações contribuíram para a melhoria dos processos organizacionais e para rotinas de trabalho mais eficientes.

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais, a Seplag realiza, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas relacionados à gestão. Além de colaboradores da Seplag, participam, ainda, uma vez por mês, servidores de outras áreas, momento no qual as palestras são facilitadas por convidados de outras instituições ou áreas do tribunal.

CENTRAL DO CONHECIMENTO

Outra ação empreendida em 2013 foi a Central do Conhecimento do Tribunal, que disponibiliza, por meio da intranet do TJCE, informações relacionadas à estrutura organizacional, estatística e projetos da instituição, além de publicações judiciais, modelos de documentos, relatórios de gestão e manuais de procedimentos.

TECNOLOGIA



Setin é responsável pela parte técnica do projeto-piloto do "Voto Provisório"

Setin conclui sistemas de informática, promove 648 atendimentos e alcança 85% de satisfação

Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu, em 2013, a execução de oito projetos: a implantação do Portal das Serventias Extrajudiciais (PEX), ferramenta que funciona como canal de comunicação entre os cartórios, a Corregedoria Geral e o Tribunal; a ampliação e aquisição de rede wireless; aquisição de swietches de acesso e distribuição, cujo objetivo é ampliar as redes locais do Poder Judiciário e aquisição de estações de trabalho para atender à reestruturação do Judiciário.

Outros projetos conclusos foi a aquisição de novos scanners para atender às demandas de digitalização dos processos; implantação de serviços de detecção e remoção de ameaça de softwares malintencionados; contratação de links de comunicação da Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) e ampliação do data center do TJCE e do Fórum.

Atualmente há outros 23 sistemas em

implantação, sendo que 11 estão com mais de 70% de desenvolvimento. Além disso, a secretaria atendeu 648 chamados técnicos, alcançando índice de 85% de satisfação do usuário.

RELATÓRIO DO CNI

O setor de TI do Tribunal figura na quinta colocação entre os tribunais estaduais e na primeira entre os tribunais do nordeste, conforme relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A pesquisa levou em consideração os aspectos de tecnologia, força de trabalho, automação, governança de TI e capacitação. "Os resultados são frutos de investimentos adequados às necessidades de TI por parte da alta administração, bem como do elevado grau de comprometimento dos servidores, demonstrando um crescimento contínuo no grau de maturidade da TI do TJCE", disse o secretário Moacir Maia.

SISTEMAS

Com relação ao desenvolvimento e melhoria de sistemas, a Setin promoveu a automatização dos procedimentos da Assessoria de Precatórios, do envio e do retorno de recursos entre 1º e 2º Graus, além da implantação do projeto-piloto "Voto Provisório", para agilizar o julgamento de processos pelos Órgãos Julgadores de 2º Grau. A automatização do controle de distribuição e cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça das comarcas do Interior e Região Metropolitana de Fortaleza também foi uma das ações do órgão.

A Setin também promoveu a integração do Portal e-SAJ ao Cadastro Nacional de Advogados (CNA); a melhoria no acompanhamento processual por parte do advogado nas petições impetradas durante o Plantão Judiciário do 2º Grau; a melhoria do controle gerencial sobre o envio de mandados de prisão para o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e a disponibilização do Sistema de Controle de Visitantes nas portarias do TJCE.

A melhoria de desempenho do Sistema de

Estatística da Corregedoria e a reformulação do site do Tribunal, iniciativa que facilitou o acesso à pesquisa processual e às informações de interesse público, foram outras ações.

INFRAESTRUTURA

No que diz respeito ao aprimoramento da infraestrutura, a Setin ampliou em dez vezes o desempenho dos serviços oferecidos à sociedade por meio do Portal do TJCE com a troca do equipamento de conectividade por outro mais moderno e veloz.

O setor ampliou ainda a rede sem fio na Comarca de Juazeiro do Norte para advogados, promotores, juízes, servidores e público em geral. Além disso, a Setin deu apoio logístico e técnico ao funcionamento do Juizado Especial do Aeroporto e do Castelão durante a Copa das Confederações, instalou 278 equipamentos doados pelo CNJ, configurou 73 notebooks para magistrados das comarcas do Interior e renovou a emissão de 1.375 certificados digitais.

66

Os resultados são frutos de investimentos adequados às necessidades de TI por parte da alta administração



O desempenho dos serviços oferecidos à sociedade foi ampliado em dez vezes



Serviços executados de forma racional diminuíram a utilização da franquia

Assessoria Institucional promove redução de 20% dos custos de impressão

om o objetivo de reduzir custos, a Assessoria Institucional revisou contrato firmado entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e a empresa CopyVip, responsável pelo fornecimento das máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico. Com a iniciativa, foi possível reduzir 20% dos custos.

A medida atende à nova metodologia de apreciação das solicitações de impressão, que disciplinou as demandas de serviços gráficos. "Diante disso, o Departamento Editorial e Gráfico passou utilizar os recursos disponíveis e a executar os serviços de maneira mais racional, causando uma economia no quantitativo da franquia que era utilizado", explicou a assessora Institucional Márcia Ximenes.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

No discurso de posse como presidente do TJCE, o desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido estipulou como uma das principais diretrizes o seguimento do processo de digitalização. Em virtude disso, foi publicada a Portaria nº 593/2013, que instituiu os Núcleos de Digitalização de 1º e 2º Graus. Em função disso, a Assessoria coordenou a digitalização de 56.745 documentos contendo o histórico das serventias extrajudiciais do Estado, que estavam sob a guarda da Corregedoria Geral da Justiça. O órgão também esteve à frente da digitalização de 1.153 processos do setor de Precatórios. A iniciativa resultou no total de 379.474 páginas eletrônicas.

Além disso, está promovendo a conversão em arquivos digitais das fichas funcionais de todos os servidores e magistrados, ativos e inativos do TJCE. Até o dia 23 de dezembro haviam sido digitalizadas 3.779 fichas.

PROJETO SOCIAL

Em 2013, a Assessoria Institucional também participou da assinatura do contrato celebrado entre o Tribunal e a Fundação Demócrito Rocha para o

O Departamento passou a utilizar os recursos disponíveis e a executar os serviços de maneira mais racional, causando economia no quantitativo da franquia

desenvolvimento do Programa "Cidadania Judiciária", iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário. O objetivo é promover o aperfeiçoamento do diálogo e debate social, com base nas ferramentas de democracia participativa, voltadas para o resgate histórico do Tribunal, além de subsídios que visem à comunicação e mobilização em mídias sociais, para ampliar o desenvolvimento da comunicação entre a sociedade e o Pode Judiciário.

Ao final, serão produzidos um livro, documentário e exposição alusivos aos 140 anos do TJCE, completados iniciativa também premiará trabalhos realizados com base nos subtemas propostos para as duas fases do programa.

CONSELHO EDITORIAL

Ao longo de 2013, a assessoria promoveu também reuniões do Conselho Editorial da Editora do TICE. Durante os encontros, foi aprovada a publicação do livro "Recurso Especial e Extraordinário no Novo

Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao professor José de Albuquerque Rocha". O lançamento da obra ocorreu em outubro de 2013. O Conselho também aprovou a elaboração da obra "Estudos em Homenagem ao Desembargador Antônio Carlos Costa e Silva" e da Revista Themis.

DESCARTE

Mais de uma tonelada de papel foi triturada e doada para a Associação de Agentes Ambientais Rosa Virgínia, entidade credenciada pelo Tribunal. A iniciativa faz parte da ação de descarte da segunda remessa de petições digitalizadas. A assessora Institucional, Márcia Ximenes, ressaltou a importância da ação para a preservação do meio ambiente e disse que a instituição faz o descarte de forma recomendada. A medida está em conformidade com a Resolução nº 02 do TJCE, que estabelece a responsabilidade socioambiental como um dos objetivos do Plano Estratégico do Judiciário cearense.



Demandas de serviços gráficos foram disciplinadas para redução de gastos

Secretaria de Administração coordena construção de novos fóruns no Interior

Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) iniciou, em 2013, a construção de três novos fóruns no Interior do Estado. Coordenadas pela Secretaria de Administração (Secad), por meio do Departamento de Engenharia (Denge), as obras estão ocorrendo nas comarcas de Crateús, Assaré e Boa Viagem. As unidades judiciárias deverão ficar prontas em 2014 e seguem padrões de segurança determinados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O prédio da Comarca de Crateús, distante 354 km de Fortaleza, abrigará três varas e um Juizado Especial Cível e Criminal. Terá área construída de 1.366,18 m², em um terreno de 4.696,95 m². As obras foram iniciadas em 25 de novembro. Haverá ainda um anexo de 285 m², que funcionará como arquivo, depósito de bens apreendidos e estacionamento.

Em Assaré, a 502 km da Capital, o Fórum terá uma vara com área construída de 770,89 m², em terreno de 3.037,52 m². A construção da nova unidade judiciária teve início em 21 de outubro e está orçada R\$ 2,1 milhões.

O novo imóvel da Comarca de Boa Viagem, distante 222 km de Fortaleza, abrigará duas varas e terá área construída de 938,44 m², em terreno de 2.516,92 m², possibilitando espaço físico suficiente para instalação de todos os setores necessários ao conforto e à funcionalidade. A obra, iniciada em 18 de novembro, é orçada em R\$ 2.613.410,05.

Também teve início no período a execução dos serviços de complementação das instalações do Fórum Clóvis Beviláqua, na Capital. A obra executa serviços de instalações elétricas, cabeamento para transmissão de dados, revestimentos internos e outros. Foram iniciadas ainda a reforma da unidade judiciária de Maracanaú, São Gonçalo do Amarante e a complementação de reforma do imóvel de Horizonte.

REESTRUTURAÇÃO DO DEPERTAMENTO DE ENGENHARIA

Com o objetivo de melhorar a qualidade no atendimento dos serviços, a Secad promoveu a reestruturação



A construção do Fórum de Assaré deve ser concluída em 2014



Ambulâncias no TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua atendem magistrados, servidores e jurisdicionados





Disponibilização de ambulâncias para a sede do Tribunal e para o Fórum Clóvis Beviláqua

do Departamento de Engenharia, unificando as áreas do setor em um único local de trabalho, localizado no 1º andar da sede do TJCE.

O Departamento funcionava em diferentes salas e andares do prédio do Palácio da Justiça, atrapalhando a comunicação e o desenvolvimento das atividades.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com o objetivo de cumprir responsabilidade social, a Secretaria de Administração, por meio do Departamento de Material e Patrimônio (Demap), celebrou convênios para doação de bens inservíveis do Poder Judiciário para instituições filantrópicas Piamarta, Emaús e Franklin Roosevelt.

O setor atuou ainda na contratação de empresas especializadas em serviços de suporte à vida, com a disponibilização de ambulâncias para a sede do Tribunal e para o Fórum Clóvis Beviláqua.

MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

Outro setor que integra a Secad é o Departamento de Manutenção e Serviços Gerais (Deseg). A unidade administrativa é responsável pelo planejamento, direção, coordenação e controle das atividades relacionadas com os serviços de manutenção, segurança, transporte, zeladoria e malote.

No período de 2013, foi instalado refeitório para colaboradores terceirizados lotados no Tribunal de Justiça e a reforma de dez residências oficiais destinadas a magistrados no Interior.

O setor contou ainda com a realização de contrato de locação de veículos para o serviço de atendimento do Juizado Móvel e a aplicação de curso de direção defensiva a todos os condutores de veículos do TJCE.

Em 2013, a Deseg reduziu em 22% os custos de telefonia móvel em relação ao ano anterior e promoveu a economia de R\$ 224.138,84 com custos postais.



Em 2013 foram recolhidos armamentos e munições em 150 comarcas do Interior

Assistência Militar envia 21.173 armas para incineração

Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) divulgou balanço das principais ações realizadas em 2013. Entre elas, a incineração de 21.173 armas de fogo recolhidas de 150 comarcas do Interior. A iniciativa teve o apoio do Exército Brasileiro.

De acordo com o chefe da Assistência Militar, tenente coronel José Herlínio Dutra, o número representa quase o dobro de armamento recolhido em 2012, quando foram registradas 10.564. "A estatística confirma o sucesso no planejamento e na execução das ações da Assistência Militar, sendo a que mais destruiu armas no Estado", disse.

Foram incinerados revólveres, fuzis, pistolas, submetralhadoras, espingardas, rifles, entre outros. Também foram destruídos 14.738 cartuchos de calibres diversos, 15.529 estojos de munição, 200 kg de chumbo, 166 kg de pólvora e uma dinamite.

O material foi recolhido pela comissão de policiais militares responsável pela guarda e transporte

do armamento. O coronel disse que a ação promoveu sensação de segurança nas pessoas que trabalham nos fóruns e jurisdicionados.

BRIGADAS DE INCÊNDIO

Outra medida relevante foi a formação de brigadas de incêndio no TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua, comarcas de Maracanaú, Caucaia, Sobral, Tianguá, Juazeiro do Norte e Iguatu. A iniciativa minimiza os riscos de incêndios e acidentes nos estabelecimentos do Judiciário cearense.

Por meio dos cursos de Brigada de Incêndio, os servidores aprenderam noções de primeiros socorros, cuidados básicos no atendimento pré-hospitalar (desmaios e crises convulsivas), bem como em situações de parada cardíaca e choque elétrico. O treinamento foi realizado em parceria com a 8ª Seção do Corpo de Bombeiros do Estado.

SEGURANÇA

O coronel destacou que foram adquiridos

214 detectores portáteis de metais, 260 portais eletrônicos de detecção de metais, 70 catracas eletrônicas de acesso pessoal e software de sistema de visitantes. Em fase final de processo licitatório estão a aquisição e instalação de circuito fechado de câmeras de segurança.

Além disso, foi promovido treinamento de tiro e instrução de armamento para os policiais que atuam na Justiça estadual, com aula teórica sobre manuseio de armas. A capacitação atualizou conhecimentos, habilidades e atitudes de prevenção, proteção e segurança institucional.

Também implantou o Sistema de Controle de Visitantes (Sisconvi) para controlar o acesso de pessoas no Tribunal, por meio do cadastramento de dados e uso de crachás de identificação, inclusive com foto.

APOIO DA PRESIDÊNCIA

O coronel considerou fundamental o apoio do presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, para reduzir o acervo de material bélico nas comarcas do Interior. Também destacou o trabalho em parceria com o 10º Depósito de Suprimento do Exército Brasileiro, do Batalhão de Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio) e do Batalhão de Choque da Polícia Militar.

O assistente militar anunciou ainda que no início de 2014 será implantado o Sistema de Cadastro de Armas de Fogo (Cadarme) que visa aumentar a eficiência no controle e a celeridade no recolhimento e destruição de armas. As medidas estão de acordo com a Resolução nº 134, do Conselho Nacional de Justiça.



A estatística confirma o sucesso no planejamento e na execução das ações da Assistência Militar, sendo a que mais destruiu armas no Estado



TJCE adquiriu 260 portais eletrônicos de detecção de metais

GESTÃO DE PESSOAS



Secretária Vládia Teixeira (ao centro) com os diretores Cláuber Barroso, Edilson Baltazar e assessora Rafaela Ferreira

SGP inicia organização de concurso público e implementa benefícios para servidores

urante o ano de 2013, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) priorizou a organização de concurso público e a implantação de benefícios para os servidores. Também empreendeu esforços para dar continuidade ao projeto de mapeamento de competências e ao Plano de Capacitação dos Servidores do Judiciário cearense. Além disso, unificou o processo seletivo para estagiários.

O concurso público para servidores tem como objetivo prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do Interior do Estado, com um número suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere.

Em setembro deste ano, foi publicada a Portaria nº 1114/13, que instituiu a Comissão do Concurso Público. Nesse período, a equipe trabalhou na preparação do certame. Em novembro, o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, anunciou, durante sessão do Órgão Especial, que

a organizadora será o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB). A publicação do edital com 238 vagas está prevista para fevereiro de 2014.

ISONOMIA

Aprovada pelo Tribunal Pleno no dia 1° de novembro de 2013, a mensagem de lei que trata sobre a isonomia salarial foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Albuquerque, no dia 6 do referido mês. A proposta é oriunda do pleito dos servidores para sanar as diferenças no vencimento entre os ocupantes de mesmo cargos, com as mesmas atribuições.

A implementação da isonomia será feita em cinco anos, de forma parcelada. A primeira está programada para julho de 2014. As demais deverão ser pagas no mesmo mês dos anos subsequentes, progressivamente. As despesas decorrentes do pagamento correrão por conta

das dotações orçamentárias do Judiciário, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serão beneficiados mais de 1.300 funcionários efetivos com cargo originário no Interior ou com a primeira lotação no Interior, sem exoneração de cargo efetivo após essa lotação, tendo entrado em exercício até 31 de dezembro de 2006. Também têm direito os servidores efetivos com a primeira lotação na Capital, sem exoneração de cargo efetivo após essa lotação, com início de exercício entre os anos de 2002 e 2006.

BENEFÍCIOS

Ao longo de 2013, foram concedidos outros benefícios aos servidores, como a regulamentação da concessão da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR). A Portaria nº 938/2013, publicada em agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros técnicos de gerenciamento da gratificação. Uma das principais medidas foi a extensão do benefício aos servidores que prestam assistência aos magistrados nas comarcas do Interior.

A regulamentação revisou antigos critérios, redimensionou valores defasados e incluiu novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para concessão e cessação do benefício.

Além disso, houve nova regulamentação e reajuste das diárias e indenizações de transporte concedidas

aos magistrados em viagens à serviço. Também foram atualizadas e passaram a ter nova regulamentação as diárias dos servidores. As portarias anteriores, que tratavam sobre o assunto, datavam de 2009.

TREINAMENTOS

Ao longo deste ano, o Plano de Capacitação dos Servidores do Judiciário cearense foi desenvolvido, treinando 981 servidores, por meio da oferta de 115 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. Também houve capacitação de 328 servidores em competências estratégicas, obedecendo ao Indicador Estratégico nº 23, do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014.

ESTÁGIO

Em 2013, resolução do Órgão Especial normatizou a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense. O processo seletivo agora é unificado, contribuindo para democratizar o acesso dos estudantes de todo o Ceará à Justiça estadual.

A principal inovação foi a possibilidade de celebrar convênio ou contrato para recrutamento e préseleção de candidatos a estágio com agentes de integração, públicos ou privados. Antes, as próprias instituições de ensino realizavam o procedimento.



Edital do concurso público para servidores deve ser publicado em fevereiro de 2014

Tribunal estipula metas de desempenho para 2014

Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) estipulou metas de desempenho a serem alcançadas pelas unidades do Poder Judiciário estadual em 2014. Os critérios estão alinhados ao Plano Estratégico e foram fixados pela Portaria nº 1931/13. O objetivo é mensurar o trabalho dos servidores e incrementar a produtividade.

Entre os indicadores e as metas relativos às unidades judiciárias está o Índice de Estímulo ao Descongestionamento, que estipula a baixa de 80% dos processos julgados até 31 de dezembro de 2013. A meta deve ser atingida pelas secretarias das varas, juizados especiais e turmas recursais. Outra meta é movimentar, até o final deste semestre, 100% de processos enquadrados nas Metas 2, 4 e 6 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça.

A Meta 2 determina o julgamento de 80% dos

processos distribuídos até 2010 no 1º Grau; 80% dos distribuídos até 2011 no 2º Grau; e 100% dos distribuídos até 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais. A Meta 4 visa identificar e julgar, até 31/12/2014, todas as ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012. Já a Meta 6 tem o objetivo de julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau, e até 31/12/2012, no 2º Grau.

Quanto às unidades administrativas, foram fixadas metas para quantidade de boas práticas implementadas e redução de consumo de papel e copos descartáveis, entre outras. Há ainda percentual para capacitação de servidores em competências estratégicas e índices de satisfação no atendimento.

GRATIFICAÇÃO POR ALCANCE DE METAS

O cumprimento das metas e indicadores é necessário para a concessão da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). A Comissão Gestora da GAM tem as atribuições de administrar, controlar e acompanhar a concessão do

benefício. A equipe é coordenada pela secretária especial de Planejamento e Gestão, Diana Santos Pontes, e pela titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, Vládia Santos Teixeira. O supervisor é o assessor especial da Presidência, Luís Eduardo de Menezes Lima.



Redução no consumo de papel e de copos descartáveis estão inclusos nas metas socioambientais

Cejai/CE julga e habilita três procedimentos de adoção internacional em 2013

Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE) julgou e habilitou, em 2013, durante o primeiro ano de gestão do desembargador Francisco Darival Beserra Primo, três procedimentos de habilitação para adoção de crianças e adolescentes institucionalizados em Fortaleza. Os três requerentes à habilitação são da França.

Nesse período, o órgão julgou 27 processos de autuação com requerentes da França e da Itália. As sessões de julgamento dos procedimentos de habilitação para adoção internacional, no decorrer do ano de 2013, ocorreram, extraordinariamente, na Sala de Reuniões da Secretaria da 3ª Câmara Cível

A Cejai/CE esteve presente na XV Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, promovida pela Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), realizada no dia 28 de agosto de 2013, em Brasília, com a participação da juíza Alda Maria Holanda Leite, membro julgadora da Cejai, representando o desembargador Francisco Darival Beserra Primo, e da secretária executiva Dina Maria Pinheiro Cezar.

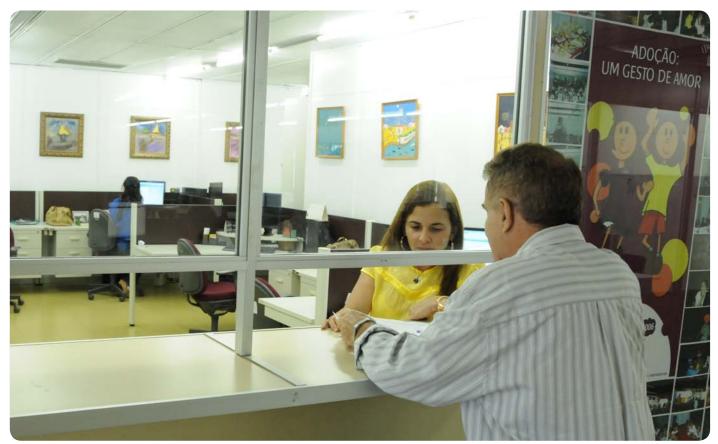
DE MÃOS UNIDAS

A Comissão, por meio do projeto "De Mãos Unidas", planejou, organizou e executou atividades de lazer com crianças que moram em casas de acolhimento.

Os eventos buscaram proporcionar reflexão sobre a situação de carência das crianças e adolescentes institucionalizados, mostrando a realidade de cada Casa de Acolhimento e buscando despertar, assim, o inconsciente coletivo para uma experiência de amor, doação e solidariedade.

No dia 25 de outubro, foi promovido dia de lazer e atividades recreativas nas dependências do Restaurante Abençoado para um grupo de 16 crianças e adolescentes, com faixa etária de 8 a 16 anos. Elas são assistidas pela Casa de Acolhimento " Casa da Criança", localizada na rua Tianguá, nº 935, Vila União.

No dia 13 de dezembro, servidores da Cejai visitaram as casas de acolhimento "Nova Vida" (localizada na rua Aiko Maria 39, Luciano Cavalcante, onde moram 16 adolescentes) e "Nossa Casa" (situada



Cejai/CE implementou projeto "De Mãos Unidas"



A Cejai julga pedidos de habilitação para adoção internacional

na Rua Castro Alencar, nº 1280, Tancredo Neves, onde também vivem 16 adolescentes). Na ocasião houve confraternização e distribuição de roupas e objetos de uso pessoal.

Em 18 de dezembro, dando sequência ao projeto de "Mãos Unidas", houve tarde de lazer no restaurante Mundo da Molekada para 96 crianças e adolescentes da Casa de Acolhimento "Casas Abrigo", localizada à Rua Camélia, nº 450, Cristo Redentor.

CRIAÇÃO

A Cejai/CE foi criada, inicialmente, por meio da Resolução nº 01/93, de 19 de agosto de 1993, pelo Tribunal de Justiça do Ceará, e, posteriormente, pela Lei Estadual nº 13.545, de 02.12.2004, publicada no Diário Oficial de 07.12.2004, com a finalidade de orientar, executar e fiscalizar a aplicação do disposto nos artigos 39 a 52 e parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O órgão funciona como Autoridade Central no Ceará, em ordem à efetiva aplicação da Convenção de Haia e em obediência ao Decreto Federal nº 3.174/99, sob a orientação da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), sediada na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A Cejai-CE é um órgão de atuação descentralizada que funciona por delegação do TJCE, tendo como atribuição prioritária a concentração e o julgamento dos pedidos de habilitação para a adoção internacional.

Trata-se de um mecanismo alternativo para,

através do processo legal de adoção, promover a colocação de crianças destituídas do poder familiar em lar substituto em país estrangeiro, quando recomendável e for constatada a impossibilidade de adoção em âmbito nacional.

COMPOSIÇÃO

Presidida pelo desembargador Francisco Darival Beserra Primo, a Cejai-CE é composta pelos juízes Francisco Jaime Medeiros Neto, titular da 4ª Vara da Infância e Juventude; Alda Maria Holanda Leite, titular da 3ª Vara da Infância e Juventude; Rita Emília Carvalho Rodrigues Beserra de Meneses, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude; e Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves, titular da 5ª da Infância e Juventude de Fortaleza, que atuam como membros relatores titulares.

Os juízes membros relatores suplentes são: Icléa Aguiar Araújo Rolim, titular da 25ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Evaldo Lopes Vieira, titular da 21ª Vara de Família; Joaquim Solon Mota Júnior, titular da 2ª Vara de Família; e Neliane Ribeiro de Alencar, Juíza Auxiliar da Comarca de Fortaleza.

O Ministério Público do Ceará (MP/CE) é representado pela procuradora de Justiça Maria Elaine Lima Maciel, designada pelo procurador-geral de Justiça, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional funciona no 2º andar do Palácio da Justiça. Email: cejaiceara@tjce.jus.br.

Coordenadoria da Infância e da Juventude visita unidades de acolhimento em Fortaleza

Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), coordenada pelo desembargador Francisco Darival Beserra Primo, apresentou balanço das atividades desenvolvidas em 2013. A entidade tem como função promover ações no âmbito do Judiciário visando o efetivo cumprimento dos direitos do público infanto-juvenil.

A equipe da CIJ realizou visitas de inspeção às unidades de acolhimento de crianças e adolescentes do Abrigo Tia Júlia, Casa da Criança, Casa de Jeremias, Missão Vida em Foco, Renascer, Santa Gianna e Casa Lar. O trabalho foi realizado em conjunto com técnicos do Ministério Público do Ceará (MP/CE).

Também participou do lançamento do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e da elaboração da minuta da Resolução do TJCE que dispõe sobre a especialização das Varas da Infância e da Juventude de Fortaleza e da regulamentação dos plantões judiciários. Colaborou, ainda, com a reorganização do sistema integrado de Justiça para Infância e Juventude.

A CII esteve presente na II reunião ordinária do

Grupo de Trabalho Interinstitucional para fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, realizada no Paço Municipal, no dia 30 de abril. Na reunião, foi discutida a implementação dos 22 compromissos do Termo de Cooperação tendo a criança e o adolescente como prioridade absoluta.

A Coordenadoria participou da elaboração do formulário padrão (Plano Individual de Atendimento) para aplicação nas instituições de acolhimento do Ceará. A reunião, realizada na sede do Tribunal de Justiça, no dia 12 de junho, contou com as presenças de representantes do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e da Juventude, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e do Serviço de Acolhimento Institucional de Fortaleza.

Além disso, participou do IV Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e da Juventude, realizado nos dias 8 e 9 de agosto, no Centro de Convenções do Oásis Atlântico Imperial. A equipe da CIJ também esteve no I Encontro do Ministério Público sobre Drogas no Ceará, realizado no período de 21 a 23 de agosto, no auditório da Escola Superior do Ministério Público (ESMP).



Des. Darival Beserra Primo está à frente da Coordenadoria da Infância e da Juventude



Em média, foram proferidas 80 sentenças por mês

Grupo de Auxílio examina 2.030 ações de improbidade e crimes contra a administração

Grupo de Auxílio, instituído pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para agilizar o cumprimento da Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), examinou 2.030 ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública em 2013. A equipe, designada pelo presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, iniciou os trabalhos no dia 29 de julho e finalizou em 19 de dezembro.

No período, os magistrados proferiram 411 sentenças, 94 decisões (recebimentos de petição inicial/denúncia e diligências), 692 despachos e 833 exclusões (processos não faziam parte da Meta 18). Durante os trabalhos, 83 processos também foram vistoriados. Essas ações já estavam com audiências marcadas e diligências determinadas pelo juiz titular da comarca, por isso não necessitaram de movimentação por parte do grupo.

Os trabalhos foram supervisionados pelo desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto, gestor da Meta no âmbito do Judiciário cearense. Durante o período, os magistrados atuaram em 82 comarcas (incluindo Fortaleza), sem prejuízo das funções. De acordo com a Portaria nº 720/2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, a equipe ficou responsável por identificar, monitorar e/ou julgar as ações de improbidade administrativa e de crimes

contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Os juízes dividiram-se em dois grupos para atuar na Capital, Região Metropolitana e Interior. A equipe de Fortaleza e Região Metropolitana foi formada por Joriza Magalhães Pinheiro, Roberto Viana Diniz de Freitas, Daniela Lima da Rocha e Ana Cleyde Viana de Sousa. Já no grupo do Interior atuaram Luciano Nunes Maia Freire, Henrique Lacerda de Vasconcelos, Daniel Carvalho Carneiro, Edison Ponte Bandeira de Melo e Francisco Marcello Alves Nobre.

Além deles, os servidores Lya Vasconcelos, Geraldo Fernandes Santos, Bruno Barreto, Jacira Maria Augusto Santana, Anna Marta Schimmelpfeng e Gilberto Silva Viana se revezaram para dar suporte aos serviços.

ATUAÇÃO

A equipe de juízes recebia um levantamento inicial dos processos que deveriam ser movimentados nas comarcas. Depois, se deslocavam até o local, onde realizavam os atos necessários como audiências, despachos e sentenças, respeitando o devido processo legal. Segundo o desembargador Inácio Cortez, o trabalho foi bastante produtivo. "Proferimos uma média de quase 80 sentenças por mês, além dos despachos, das decisões e das exclusões".

Ouvidoria Geral recebe 4,5 mil manifestações e se destaca como canal aberto à sociedade

Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no primeiro ano de gestão do desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, contabilizou 4.588 demandas dos jurisdicionados cearenses. Entre as manifestações estão reclamações, sugestões, críticas, pedidos de informações, elogios, agradecimentos e denúncias.

No período, 4.402 manifestações foram recebidas por e-mail (atendimento virtual), representando 96% das mais de 4,5 mil demandas acatadas. As demais formas de recebimento foram por cartas, presencial, por telefone e pelos Correios.

Os 2.877 pedidos de informações sobre trâmite processual e outros pedidos de informações inerentes ou não à atividade jurisdicional lideram a estatística, representando de 62,7% das manifestações recebidas. As reclamações ocupam a segunda colocação no ranking, com 1.420 registros no período, o que representa 31% das demandas acatadas.

O ouvidor-geral, desembargador Emanuel Leite Albuquerque, ressaltou que, em 2013, houve ainda 230 manifestações de agradecimentos dos jurisdicionados cearenses. Para o magistrado, o setor vem se firmando "como um canal aberto à sociedade, elevando o conceito dos serviços prestados pelo Tribunal".

SIC

Junto à Ouvidoria Geral do TJCE funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela

Portaria nº 980/2012, cuja competência submete-se à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação - LAI) e à Lei Estadual nº 15.175. Os servidores da Ouvidoria integram o Grupo de Auxílio à Lei de Acesso à Informação (instituído pelo Provimento nº 20/12 do TJCE), responsável por receber as demandas e encaminhá-las para os setores responsáveis, a fim de que a informação seja disponibilizada aos cidadãos.

O coordenador do SIC, José Wilson Lustosa de Sousa, explicou que, em 2013, o órgão recebeu 11 pedidos formais com base na LAI. "Todos foram atendidos e não foi registrado nenhum indeferimento". O Tribunal de Justiça também viabilizará alternativa de encaminhamentos de pedidos de acesso por meio do site oficial (www.tjce.jus.br).

COMPETÊNCIAS

A Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça, criada por meio da Resolução nº 23, de 19 de agosto de 2004, tem por missão estabelecer um canal de comunicação eficiente entre a Justiça Estadual e o cidadão, assegurando melhores práticas de atendimento às manifestações do público externo e interno.

Cabe ao setor receber reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informações e encaminhá-las ao órgão competente; garantir, a todos quantos procurarem a Ouvidoria, o retorno das providências adotadas; e sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas reclamações e sugestões recebidas.



Des. Emanuel Leite Albuquerque é ouvidor-geral do TJCE

AUDITORIA ADMINISTRATIVA



Auditoria implantou programa de monitoramento da qualidade do trabalho

Tribunal de Justiça cumpre Meta 16 do CNJ

Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) cumpriu a Meta 16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em dezembro de 2013. A medida consistiu no fortalecimento da estrutura da Auditoria Administrativa de Controle Interno para garantir a realização das atividades de inspeção e fiscalização.

O objetivo é combater os desperdícios de dinheiro público e estabelecer ações preventivas a eventuais atos de improbidade que possam ser cometidos no âmbito do Poder Judiciário. Para o cumprimento da referida Meta, a Auditoria Administrativa implantou o programa de monitoramento da qualidade do trabalho, em atendimento à Resolução nº 171/2013 do CNI.

"A iniciativa tem a finalidade de avaliar, de forma contínua, a qualidade das auditorias realizadas, permitindo a identificação de fatores de riscos e a definição de estratégias de melhoria", explicou a servidora Tatiana Ribeiro Araújo, chefe do órgão.

SELEÇÃO INTERNA

A Auditoria, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, realizou processo de seleção interna para o recrutamento de pessoal na área de auditoria, entre os meses de abril e maio do ano passado. Na ocasião, foram disponibilizadas

seis vagas. Participaram servidores efetivos lotados nas unidades administrativas do Tribunal.

Com 29 inscritos, a seleção contou com quatro etapas, análise curricular, prova de redação, entrevista e análise de perfil, realizada pela psicóloga Fabíola Bessa, do TJCE. O resultado final da seleção foi divulgado no Diário da Justiça Eletrônico em 25 de junho.

QUALIFICAÇÃO

O órgão promoveu, entre os dias 18 e 19 de dezembro, o III Seminário de Avaliação e Planejamento das Atividades. O objetivo foi transmitir esclarecimentos acerca da importância dos procedimentos adotados pelo setor.

O Plano Anual, resultado das atividades de monitoramento, compartilhamento de experiências e levantamento das potencialidades e vulnerabilidades da auditoria foram alguns dos assuntos debatidos durante o evento.

Apresentação de Coaching e Qualidade de Vida na Organização Associada ao Clima Organizacional também foram abordados e tiveram como palestrantes, respectivamente, Luís Eduardo de Menezes Lima, assessor Especial da Presidência, e Maryane Xavier Carvalho, oficiala de Gabinete da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal.

COORDENADORIA DA MULHER



Campanha de combate à violência contra a mulher, realizada no bairro de Messejana

Ações de combate à violência contra a mulher conscientizam a população

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que tem como presidente a desembargadora Francisca Adelineide Viana, vem promovendo diversos projetos com objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha (Nº 11.340/06). Palestras em escolas públicas, planejamento de ações, caminhadas, participação em encontros e criação de núcleo estão entre as ações.

Criada em outubro de 2011, a Coordenadoria traçou plano de atuação que inclui medidas de conscientização da sociedade, mobilização de autoridades, levantamento estatístico e criação de etiquetas para serem afixadas nos processos referentes à Lei Maria da Penha. Outra iniciativa diz respeito ao cadastro dos autos nos sistemas eletrônicos em tramitação no TJCE, de acordo com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além disso, foi realizada reunião com gestor da Perícia Forense do Ceará, com a finalidade de obter maior agilização no atendimento das mulheres, fornecendo inclusive local reservado para as vítimas. Houve ainda mobilização de representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e do Instituto Maria da Penha.

Os juízes das comarcas do Interior também participaram dos trabalhos de divulgação da Lei Maria da Penha,

desenvolvendo atividades nos municípios.

Para a desembargadora, o ano foi positivo. "Conseguimos perceber a redução de casos de violência. Para 2014, almejamos firmar mais parcerias e aumentar a divulgação da lei de combate à violência contra a mulher".

SENSIBILIZAÇÃO NAS ESCOLAS

No bairro de Messejana, em Fortaleza, houve caminhadas, distribuição de material informativo, uso de carro de som para divulgar a lei, gincanas, palestras e concurso de redação e de frases, com premiação de alunos da rede pública. O bairro apresenta a maior incidência desse tipo de violência, na Capital, segundo o Observatório de Violência contra a Mulher da Uece. Segundo a desembargadora Adelineide Viana, o foco para 2014 é intensificar os trabalhos nas escolas, por meio de parceria com as secretarias de Educação.

Outra atividade importante foi a criação do Núcleo Integrado de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na Secretaria Executiva Regional VI da Prefeitura de Fortaleza. A Coordenadoria participou também de campanhas do Juizado da Mulher da Capital, do Outubro Rosa (conscientização e prevenção do câncer de mama) e do Dia Internacional da Mulher, entre outros eventos.

COMARCA DE FORTALEZA



Juizado da Mulher promoveu encontro com lideranças religiosas para combater a violência doméstica

Juizado da Mulher determina mais de quatro mil medidas protetivas

Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza determinou 4.441 medidas protetivas, de janeiro a dezembro de 2013, e deu prosseguimento a 1.618 inquéritos policiais. Também concedeu 350 pedidos de liberdade provisória e 93 de relaxamento de prisão, totalizando 6.834 procedimentos criminais.

No mesmo período, foram proferidas 996 sentenças e promovidas 1.534 audiências. A quantidade de denúncias totalizou 266. Os números representam aumento de 2,84% em comparação ao ano de 2012, quando 6.646 procedimentos foram instaurados.

Para a juíza Rosa Mendonça, titular da unidade, os números expressivos de medidas protetivas concedidas demonstram que "as mulheres agredidas estão acreditando na Lei Maria da Penha e tendo confiança no Poder Judiciário".

Além de processar e julgar os casos de violência contra a mulher, o Juizado promove o desenvolvimento de atividades para prevenir e orientar sobre esse tipo de crime.

A unidade conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos, que vem realizando um trabalho de acolhimento e orientação às vítimas de violência e aos agressores.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

O Juizado desenvolveu ações de esclarecimento e divulgação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06), por

meio de campanhas, palestras, oficinas, cursos e encontros. A "Oficina socioeducativa: jovens unidos pelo fim da violência contra a mulher" ocorreu, em dezembro, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Sales Campos, localizada no bairro Jacarecanga. As oficinas vêm sendo realizadas desde o ano de 2011 nas escolas municipais e estaduais do Ceará.

Também foi promovido o I Fórum com Lideranças Religiosas para a Promoção da Igualdade de Gênero, realizado na unidade. Com apoio da Associação Cearense de Magistrados (ACM) e das Polícias Rodoviária Estadual e Federal, foi lançada campanha educativa "Violência contra a mulher não é brincadeira. É crime! Tire essa máscara", realizada em blitz durante o carnaval. Outra campanha que teve repercussão junto ao público masculino foi "Violência contra a mulher. Cartão Vermelho", que percorreu os estádios de futebol do Interior do Estado com o patrocínio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Semanalmente, acontece encontro com infratores da Lei Maria da Penha em liberdade condicional, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (Uece). Há ainda o Projeto "Ressignificar a vida", que promove encontros com vítimas, agressores e familiares. O trabalho é desenvolvido junto à Pastoral Carcerária. Também participa mensalmente da Ação Verdes Mares para divulgação da Lei.

Assessoria de Cerimonial promove aproximação entre Judiciário e juventude

urante o ano de 2013, 4.266 estudantes foram favorecidos pelo Programa Justiça e Cidadania, promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A iniciativa tem o objetivo de esclarecer a jovens, do ensino público e privado, sobre o funcionamento e as atividades do Poder Judiciário estadual.

Desse total, 3.120 alunos assistiram a palestras de magistrados realizadas nas próprias instituições de ensino, da rede municipal e estadual. Os temas mais debatidos foram sobre carreiras jurídicas, combate às drogas, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei Maria da Penha.

Outros 1.146 beneficiados pelo programa vistaram a sede do TJCE, em 2013. Nas ocasiões, o estudantes, do ensino médio e superior, conheceram o Memorial do Poder Judiciário, a Biblioteca do Tribunal de Justiça e assistiram a vídeo institucional sobre a história e a estrutura do Judiciário Cearense. Também tiveram a oportunidade de acompanhar sessões de órgãos julgadores.

O Programa Justiça e Cidadania é executado pela Assessoria de Cerimonial, em parceria com a Assessoria Institucional. A iniciativa foi instituída por meio da Resolução nº 5/2011, do Órgão Especial do TJCE, e faz parte do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará 2010-2014 e à Meta 4 de 2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

OUTROS EVENTOS

Além disso, durante o período de 2013, a Assessoria teve participação na capacitação para magistrados que atuaram nos Juizados do Aeroporto e Torcedor, durante a Copa das Confederações (mês de maio); solenidade de posse dos juízes substitutos (julho); 2º Seminário de Direitos da Mulher (setembro); comemoração pelo Dia do Servidor Público (outubro); reuniões do presidente do Tribunal de Justiça com magistrados do Interior do Estado (outubro e novembro), entre outros.



Equipe da Assessoria de Cerimonial do TJCE

COMUNICAÇÃO



Programa é exibido em três emissoras de TV

Parcerias reforçam divulgação das ações da Justiça em emissoras de TV

m 2013, a Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário conseguiu a parceria de mais duas emissoras de TV para transmitir o programa "Judiciário em Evidência". A TV Assembleia (Poder Legislativo estadual) e a TV O Povo (Fundação Demócrito Rocha) firmaram convênio com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Também foi renovado o convênio com a TV Fortaleza (Câmara Municipal).

O presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, considera obrigação do Judiciário ser transparente com a população. Com esse propósito, apóia as ações de divulgação e mantém diálogo aberto com a imprensa. As atividades estão em conformidade também com a Resolução nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Assessoria de Comunicação disponibiliza diariamente, para 106 veículos de comunicação, dois

boletins eletrônicos com notícias sobre decisões judiciais, administrativas e ações desenvolvidas no âmbito da Justiça em todo o Estado. Produz o "Judiciário em Evidência", o jornal "Judiciário Notícias", com edição bimestral, e a revista "Judiciário em Foco", que é anual. É responsável também pela publicação de matérias jornalísticas no site, Twitter e Facebook do Tribunal. Durante o ano de 2013 foram redigidos 2.671 textos que representaram 12,80% a mais do que os produzidos em 2012 (2.368).

O material é aproveitado pelos meios de comunicação, servindo como fonte para produção de pautas sobre a Justiça cearense. Do total de 4.218 matérias publicadas em jornais, blogs, sites, rádio e TV, 3.615 tiveram avaliação positiva, enquanto 603 foram negativas. Em âmbito nacional, o Judiciário do Ceará ocupa espaço nos principais sites jurídicos (Consultor

Jurídico, Migalhas, JusBrasil). O portal do CNJ publicou, em 2013, 101 matérias referentes à Justiça cearense, e a Rádio e a TV Justiça, administradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), incluíram informações extraídas dos boletins produzidos pela Assessoria de Comunicação do TJCE.

Diariamente é feito o monitoramento das publicações e transmissões a respeito da Justiça estadual. O conteúdo é formatado em clipping de notícias endereçado aos desembargadores e secretários. É disponibilizado na intranet e enviado, por e-mail, para juízes, assessores e diretores.

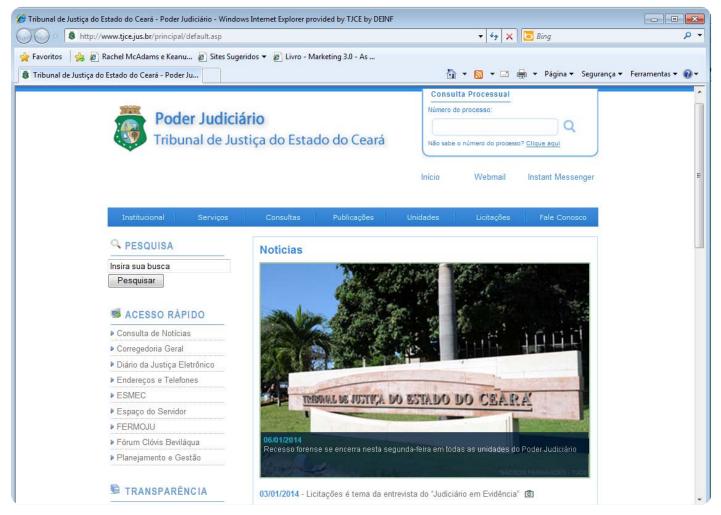
O site do Tribunal (www.tjce.jus.br) é o principal meio de divulgação das ações e decisões no âmbito da Justiça de 1° e de 2° Grau. De acordo com levantamento da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE junto ao Google Analytics, a consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do Portal do TJCE. A intenção é atrair maior número de seguidores no Twitter (@tjcenoticias) e pessoas que curtem a fanpage no Facebook (tjceoficial).

A interação com o público interno é feita por

meio de notícias, avisos, clippings e banners na intranet. A Assessoria de Comunicação disponibiliza o e-mail imprensa@tjce.jus.br para receber sugestões de pautas dos magistrados e gestores da Capital e do Interior.

Os repórteres acompanham as sessões de julgamento do Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais (Isoladas e Reunidas) e Turmas Recursais, além de monitorar as publicações no Diário da Justiça em busca de assuntos de interesse público para produção de matérias jornalísticas.

A Assessoria atende também à crescente demanda para criação de banners, cartazes e logomarcas. Produz ainda campanhas institucionais relacionadas a mutirões, datas comemorativas, informativos, palestras e eventos. Em 2013 foram criadas 10 campanhas (Dia das Mães, Páscoa, Dia dos Pais, Doação de Brinquedos, Dia da Mulher e Mutirões de Conciliação: Financeiro, Atos Infracionais, Execução de Alimentos, Seguro DPVAT e Investigação de Paternidade). Além da arte para os cartazes, desenvolveu projeto gráfico para o folder "Conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua" e a logomarca do "Fórum Sustentável".



Consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do site do TJCE

CONCILIAÇÃO



Desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira é supervisora do Nupemec

Nupemec promove capacitação de mediadores e realiza mutirão de conciliação

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) promoveu ações para impulsionar a mediação e a conciliação de processos no Ceará. O órgão também coordenou a Semana Nacional da Conciliação no Estado, de 2 a 6 de dezembro. Ao todo, foram promovidas 16.639 audiências, das quais 6.858 resultaram em acordos, com índice de 41,22% de êxito.

A desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, supervisora do Nupemec, agradeceu o empenho de todos que participaram da mobilização e ressaltou que o compromisso com a conciliação permanece ao longo do ano todo. A desembargadora destacou ainda que o trabalho "não se resume à Semana Nacional. Há um esforço hercúleo dos juízes e servidores, durante todo o ano, com a realização de mutirões, que ajudam a consolidar a cultura da conciliação".

Para o juiz coordenador do Núcleo, Carlos Henrique Oliveira Garcia, a força-tarefa confirma que a mobilização é uma ideia vitoriosa, já consolidada no calendário jurídico nacional. "A grande importância da Semana é abrir espaço para as partes apresentarem suas demandas e se comprometerem com a solução pacífica dos conflitos".

LINK "QUERO CONCILIAR"

A desembargadora Nailde Pinheiro, esteve reunida, no dia 22 de outubro de 2013, com os atendentes do Telejustiça no Fórum Clóvis Beviláqua. Na ocasião, apresentou o link "Quero Conciliar", disponível na página inicial do Portal do TJCE. Por meio da ferramenta, partes ou advogados puderam inscrever processos para a pauta de conciliação. Outro meio disponível ao jurisdicionado foi o Telejustiçam, por meio do 3216.6000. O papel

da equipe do Telejustiça é tirar dúvidas ou ajudar no preenchimento do formulário eletrônico.

CAPACITAÇÃO

O Núcleo promoveu ainda a capacitação de 50 titulares e prepostos de serventias extrajudiciais (cartórios). A desembargadora destacou a importância do treinamento e disse que a iniciativa "é especial para o Poder Judiciário, pois estamos entregando os primeiros certificados aos alunos do curso de mediação e conciliação que irão desempenhar as funções nas serventias extrajudiciais, portanto, mais um serviço colocado à disposição da sociedade".

O treinamento se dividiu em três módulos: aulas na modalidade de Ensino a Distância (EaD), presenciais (ministradas na Escola Superior da Magistratura do Ceará) e estágio supervisionado, com carga de 40 h/a.

Além disso, o Nupemec capacitou três turmas do curso de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento ocorreu na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), no bairro Água Fria, na Capital. Participaram servidores, advogados e estudantes de Direito. O curso totalizou 40 h/a.

O Nupemec trabalha com os métodos consensuais da conciliação e a mediação para solucionar e prevenir conflitos na Justiça. Tem como função implantar uma cultura de paz na sociedade. O Núcleo foi instituído por meio do Provimento nº 03/2011 e da Portaria nº 281/2011, em virtude da Resolução nº125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos.

MUTIRÃO

O Nupemec promoveu mutirão de conciliação dos processos que tramitam nas Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza e nas Turmas Recursais Professor Dolor Barreira. A força-tarefa, ocorrida entre os dias 27 de agosto e 13 de setembro, obteve 129 acordos com ações do banco Itaú e das empresas Oi, Camed e TIM.

A maioria dos casos tratou sobre processos de obrigação de fazer e indenizações por danos morais e materiais. Foram realizadas 233 audiências nos fóruns das Turmas Recursais e Clóvis Beviláqua. A iniciativa contou com a parceria do Núcleo com a Coordenação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza.

Foram designados para atuar no mutirão os juízes Helga Medved, Carlos Henrique Garcia de Oliveira e Ijosiana Cavalcante Serpa. Participaram também os alunos do curso de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de estudantes do curso de Direito da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará (Faece) e Faculdade Fortaleza (Fafor).



Audiências de conciliação contam com a participação de voluntários

PRODUTIVIDADE



Des. Paulo Camelo Timbó é presidente da Coordenação do Sistema dos Juizados

Juizados Especiais Cíveis e Criminais julgam mais de 69 mil processos em 2013

s Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) do Judiciário cearense julgaram 69.922 processos no ano passado. Do total, 42.523 foram sentenças prolatadas pelos 24 juizados da Capital e o restante por magistrados das 17 unidades do Interior. Os JECCs foram criados pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e funcionam conforme a Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro do mesmo ano. Eles adotam os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Sempre que possível, buscam a conciliação ou a transação penal.

Também têm competência para conciliar e julgar causas cíveis que não ultrapassem o valor correspondente a 40 salários mínimos, assim como as ações criminais de menor potencial ofensivo, como as de contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima inferior a um ano.

As unidades contam com a Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública, instituída em março de 2010, através da Resolução nº 15, do TJCE. É presidida pelo desembargador Paulo Camelo Timbó e tem, entre outras atribuições, propor medidas de aprimoramento e padronização do Sistema dos Juizados, além de coordenar mutirões de audiências, sentenças e julgamentos nas unidades, de acordo com o artigo 2º, do Provimento nº 7, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Também fazem parte da Coordenação a desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, os juízes Ijosiana Cavalcante Serpa (24ª Unidade de Fortaleza), Marcelo Alves Nobre (6ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira) e Teresa Germana Lopes de Azevedo (Juizado de Caucaia). O então juiz Mário

Parente Teófilo Neto (hoje desembargador), fez parte da coordenação até 2013.

JUIZADO DO TORCEDOR

O Juizado do Torcedor realizou 50 plantões em jogos com times locais, nacionais e internacionais. Também atuou em partidas do Campeonato Cearense, Copa do Brasil, Campeonato Brasileiro da Série B e C, além da Copa das Confederações Fifa – evento teste para Copa do Mundo de 2014.

Estiveram à frente dos trabalhos os juízes Maria José Bentes (4° JECC da Capital), José Maria dos Santos Sales (30ª Vara Cível do Fórum Clóvis Beviláqua) e Paulo de Tarso Pires Nogueira (6ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza).

A unidade tem como objetivo reprimir excessos e desmandos dos torcedores com rápida aplicação de

medidas punitivas aos infratores, previstas no Estatuto do Torcedor e na Lei dos Juizados Especiais.

JUIZADO DO AEROPORTO

O Juizado do Aeroporto Internacional Pinto Martins recebeu 48 reclamações e formalizou 19 acordos durante os jogos da Copa das Confederações Fifa, em 2013. O serviço funcionou entre os dias 9 de junho e 7 de julho.

O objetivo foi atender às demandas judiciais decorrentes do aumento de turistas em Fortaleza, já que a cidade sediou três jogos da competição internacional. Os casos envolveram problemas entre passageiros, empresas prestadoras de serviços no aeroporto e companhias aéreas.

Atuaram nos plantões 25 juízes e 63 servidores dos JECCs de Fortaleza. O trabalho foi realizado em regime de plantão de 24 horas com revezamento em quatro turnos diários de seis horas. Além deles, 21 intérpretes voluntários participaram.





Os JECCs julgaram 69.922 processos no ano passado. Do total, 42.523 foram sentenças prolatadas pelos 24 juizados da Capital e o restante pelas 17 unidades do Interior.



Juíza ljosiana Serpa (ao centro) coordena os Juizados da Capital

Fórum das Turmas Recursais julga mais de quatro mil processos em 2013

Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira julgou 4.254 processos durante o ano de 2013. O órgão colegiado tem competência para julgar recursos provenientes dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) de Fortaleza e do Interior. Atualmente, cerca de 9.100 processos tramitam no Fórum Dolor Barreira.

A maioria das ações é de natureza cível e referente a direito do consumidor com pedido de indenização por danos morais e materiais. Causas criminais relacionadas a delitos de menor potencial ofensivo, como difamação, calúnia, lesões corporais leves e porte de arma branca também são comuns.

O órgão é composto por seis Turmas Recursais. Cada unidade é formada por três magistrados, além de um membro do Ministério Público estadual e outro da Defensoria Pública do Ceará. O presidente é sempre o magistrado com mais tempo de atuação no Judiciário estadual.

Os juízes que compõem as Turmas são designados pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sem prejuízo das funções nas varas de origem.

As sessões de julgamento ocorrem uma vez por mês ou até mais, quando existe a necessidade de sessão extraordinária. Caso o colegiado não esteja completo, um juiz de outra Turma Recursal é convocado.

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

Criada no dia 5 de setembro de 2013 por meio da Resolução nº 9/2012, do Órgão Especial do TJCE, a Turma de Uniformização dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado também funciona no Professor Dolor Barreira, em Fortaleza.

O órgão tem como objetivo uniformizar o entendimento em decisões conflitantes sobre o mesmo



Turma de Uniformização foi criada no dia 5 de setembro de 2013



Fórum das Turmas Recursais funciona na avenida Santos Dumont

assunto, envolvendo direito material. Fazem parte da Turma de Uniformização o desembargador Paulo Camelo Timbó (presidente e coordenador do Fórum) e os juízes Ijosiana Cavalcante Serpa, Francisco Carneiro Lima, André Aguiar Magalhães, Magno Gomes de Oliveira, Gerardo Magela Facundo Júnior e Rosilene Ferreira Tabosa Facundo, presidentes da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Turma Recursal, respectivamente.

13 ANOS

O Fórum Dolor Barreira completou, em agosto de 2013, 13 anos de existência. Inaugurado com o nome de "Tribunal do Povo", o Fórum da Turmas Recursais ganhou nova denominação em 2004, em homenagem ao jurista Dolor Barreira. O Fórum está localizado na avenida Santos Dumont, 1.400, no bairro Aldeota, em Fortaleza.

COMPOSIÇÃO ATUAL

1ª Turma Recursal

Juízes: Ijosiana Cavalcante Serpa (presidente) e Jacinta Inamar Franco Mota

2ª Turma Recursal

Juízes: Francisco Carneiro Lima (presidente), Ezequias da Silva Leite e Marileda Frota Angelim Timbó

3ª Turma Recursal

Juízes: André Aguiar Magalhães (presidente), Maria Valdenisa de Sousa Bernardo e Helga Medved 4ª Turma Recursal

Juízes: Magno Gomes de Oliveira (presidente), Carlos Rogério Facundo e Marlúcia de Araújo Bezerra

5ª Turma Recursal

Juízes: Gerardo Magelo Facundo Júnior (presidente), Nádia Maria Frota Pereira e Valéria Márcia Santana Barros Leal

6ª Turma Recursal

Juízes: Rosilene Ferreira Tabosa Facundo (presidente), Francisco Marcello Alves Nobre e Lucimeire Godeiro Costa

Desembargadores julgam mais de 43 mil processos em 2013

s desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) julgaram 43.261 processos cíveis e criminais em 2013. O dado revela que os magistrados da Justiça de 2º Grau prolataram 4.165 decisões a mais que 2012, quando foram contabilizadas 39.096.

Do total de ações julgadas durante o ano, 25.647 foram acórdãos com e sem julgamento de mérito, produzidos pelos 14 órgãos colegiados do Tribunal. O restante, 17.614, são monocráticas, incluindo as decisões interlocutórias, homologações de acordo e decisões do artigo 557 do Código de Processo Civil (CPC).

Os números foram fornecidos pela Divisão de Estatística da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag). As oito Câmaras Cíveis julgaram, juntas, 16.731 ações. As Câmaras Cíveis Reunidas prolataram 733 acórdãos.

O Órgão Especial proferiu 1.207 decisões e o Tribunal Pleno 211. As duas Câmaras Criminais proferiram 6.108 acórdãos e as Criminais Reunidas somaram 84.

VOTO PROVISÓRIO

Com o objetivo de agilizar o julgamento dos feitos, a 3ª Câmara Cível implantou a ferramenta "Voto Provisório" no último dia 30 de setembro. A iniciativa foi do desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, integrante do colegiado e presidente da Comissão de Informática do Tribunal.

Na ocasião, o magistrado disse que o sistema permite disponibilizar on line, para cada relator, antes das sessões, o voto para que os demais julgadores façam a análise do caso. "Isso possibilitará troca de ideias e opiniões sobre a matéria. Em seguida, o voto poderá ser efetivado com um clique. Além disso, proporcionará considerável ganho de tempo".

O relator da ação é quem vai determinar quais processos utilizarão a sistemática. As ações consideradas complexas, que exijam discussão aprofundada da turma, ou nos casos de sustentação oral, poderão ser julgadas pelo modo convencional.



"

Em 2013, os desembargadores julgaram 4.165 processos a mais que 2012



Desembargadores julgaram 43.261 processos cíveis e criminais

Secretaria Judiciária desenvolve ações e projetos para aperfeiçoar rotinas de trabalho

Secretaria Judiciária (Sejud) desenvolveu várias medidas para agilizar e aperfeiçoar as rotinas de serviço dos departamentos, como a normatização necessária à implantação do Núcleo de Digitalização do 2º Grau, conforme previsto na Portaria nº 593/2013 do TJCE.

A iniciativa permitiu digitalizar processos, recursos e petições iniciais da Capital e do Interior. De janeiro a outubro de 2013 foram digitalizadas 15.964 ações e petições recebidas pelo protocolo ou oriundas dos gabinetes dos desembargadores.

De acordo com o secretário judiciário Inimá Fernandes Lima, o procedimento facilita às partes e aos advogados o acesso às decisões, bem como assegura maior controle e celeridade ao trâmite processual.

ORDENS JUDICIAIS

Para agilizar a intimação pessoal das partes e reduzir custos de postagem, a Sejud está expedindo mandado de intimação, dentro da cidade de Fortaleza, ao invés de carta de intimação. De acordo com os dados fornecidos pelo Setor de Mandados, foram cumpridas 5.078 ordens judiciais das 6.065 recebidas dos gabinetes dos desembargadores, o que corresponde a percentual de 98,57% de êxito.

A estatística abrange o período de 28 de janeiro

a 31 de dezembro de 2013. A maioria das ordens judiciais é referente a mandados de intimação, citação, notificação, busca e apreensão, alvarás de soltura, oficíos, entre outros.

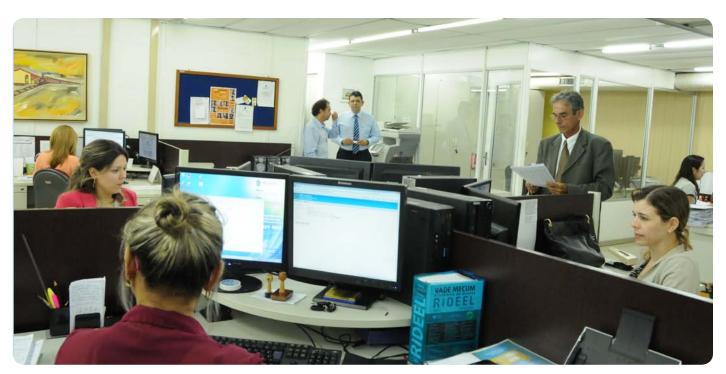
PROJETOS

A Secretaria Judiciária encaminhou cinco propostas de projetos para serem avaliados pela Seplag e posterior implantação. Entre eles, o de racionalização, mapeamento e manual de procedimentos e rotinas, que vai identificar problemas nos fluxos de trabalho referentes à tramitação processual.

Outra iniciativa foi descentralizar o acesso dos cidadãos às certidões cíveis e criminais do Tribunal. A medida vai aprimorar o atual sistema de "Certidão on line" para contemplar os processos que tramitam no Sistema de Automação da Justiça (SAJ).

DISTRIBUIÇÃO

A Divisão de Distribuição, vinculada à Sejud, realizou, no intervalo de 28 de janeiro a 19 de dezembro de 2013, a distribuição de 33.218 processos. As ações ingressaram pela via originária e recursal, no SAJ e Sistema Processual (SPROC). Além disso, foram transferidos aos sucessores legais, 11.708 feitos devido a remoções e aposentadorias de desembargadores.



Medidas adotadas pela Sejud asseguram maior controle e celeridade ao tramite processual

Tribunal de Justiça empossa seis desembargadores em 2013

om a posse de seis desembargadores em 2013, o Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) voltou a funcionar em sua totalidade, com 43 magistrados. Os novos membros são Maria Gladys Lima Vieira, Raimundo Nonato Silva Santos, Lisete de Sousa Gadelha, Paulo Airton Albuquerque Filho, Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins.

JUSTIÇA EM PROL DOS MENOS FAVORECIDOS

A primeira a tomar posse no ano foi Maria Gladys Vieira, em 14 de março, pelo critério de antiguidade. Em discurso, a nova desembargadora defendeu mudança na postura dos aplicadores do Direito para fazer com que o acesso à Justiça chegue aos menos favorecidos. A então juíza titular da 3ª Vara de Sucessões da Capital foi eleita no dia 7 de março, na vaga deixada pela desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, aposentada em 30 de janeiro de 2013. Atualmente, Maria Gladys integra a 7ª Câmara Cível.

EXPERIÊNCIA E DEDICAÇÃO À MAGISTRATURA

Os juízes Raimundo Nonato Silva Santos e Lisete de Sousa Gadelha foram empossados no cargo de desembargador em 26 de julho, eleitos, respectivamente, por merecimento e antiguidade. Lisete de Sousa Gadelha, cuja ascensão é decorrente da aposentadoria do desembargador José Arísio Lopes da Costa, atuou na 29ª Vara Cível de Fortaleza. A magistrada declarou que, em suas decisões, permanecerá com "análise sistêmica dos ordenamentos, em convencimento das provas carreadas, em busca do íntegro e do certo desenrolar".

Natural de Juazeiro do Norte, Raimundo Nonato Silva Santos era titular da 26ª Vara Cível da Capital e assumiu vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Ademar Mendes Bezerra. Disse que vai compor o colegiado "com a distinção que a dignidade do cargo e do povo exigem".

EQUILÍBRIO, HONESTIDADE E CELERIDADE

O Pleno do TJCE empossou, no dia 8 de agosto, o advogado Paulo Airton Albuquerque Filho no cargo de desembargador. Ele assumiu vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Ceará (OAB/CE), pelo critério do quinto constitucional. A nomeação de Paulo Airton, feita pelo governador Cid Gomes, foi publicada no Diário Oficial do Estado de 25 de julho de 2013. A vaga é decorrente da aposentadoria do desembargador Ernani Barreira Porto, ocorrida em outubro de 2012.



Desa. Gladys Vieira tomou posse em 14 de março



Des. Raimundo Nonato assumiu na vaga do des. Ademar Mendes

Em discurso, o magistrado destacou as características que norteiam sua atuação. "Reafirmo meu compromisso perante a sociedade cearense com uma Justiça pautada pelo equilíbrio, pela honestidade e celeridade".

MERECIMENTO E ANTIGUIDADE

Os juízes Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins ascenderam ao 2º Grau em 14 de novembro. Mário Parente foi escolhido pelo critério de merecimento para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador João Byron de Figueiredo Frota. Por antiguidade, Maria Edna foi eleita para vaga deixada pelo desembargador Manoel Cefas Fonteles Tomaz.

Mário Parente foi nomeado juiz substituto em

1992 e era titular da 10ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Fortaleza. Em discurso, destacou a alegria de assumir o cargo e afirmou ter esperança em um Judiciário "mais forte, atuante, comprometido com os legítimos interesses da sociedade, garantidor dos reais valores que devem nortear o bom convívio social, a verdadeira paz entre os homens".

Edna Martins ingressou na magistratura em 1984 e atuava na 6ª Vara de Família da Capital. Ao tomar posse, disse que o momento é de renovação do juramento feito ao ingressar na magistratura. "Procurarei sempre as melhores soluções para os conflitos, esperando assim contribuir para o prestígio deste Tribunal e para um bom serviço à comunidade".



Desa. Lisete Gadelha foi empossada em 26 de julho



Des. Paulo Airton assumiu pelo critério do quinto constitucional



Desa. Edna Martins tomou posse no dia 14 de novembro



Des. Mário Parente assumiu pelo critério de merecimento

Cinco desembargadores do TJCE se aposentam em 2013

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará se aposentaram após anos de dedicação à magistratura

EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR

A magistrada nasceu no dia 14 de fevereiro, em Saboeiro, distante 463 km de Fortaleza. É formada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo especialização em Direito Público pela mesma instituição. Cursou Aperfeiçoamento em Direito Processual Civil pela Escola Superior da Magistratura (Esmec) e Direito para Juízes e Membros do Ministério Público, pela Universidade de Miami. Juíza desde 1970 e desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará desde 2004, foi a primeira mulher a ingressar pelo critério de merecimento e a primeira ouvidora do Poder Judiciário estadual. Também esteve à frente da Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, durante o biênio 2011/2013. Aposentou-se em 30 de janeiro.



Des. Ademar Mendes Bezerra



Desa. Edite Bringel Olinda Alencar

ADEMAR MENDES BEZERRA

Iniciou a carreira de juiz em 1974, na Comarca de Coreaú. Foi titular em Missão Velha, São Gonçalo do Amarante e Baturité. De 1987 a 1991 atuou como juiz auxiliar da Comarca de Fortaleza. Em seguida, assumiu a titularidade da Vara das Execuções Criminais, Corregedoria dos Presídios e de Habeas Corpus. Em 2003, foi eleito desembargador do Tribunal, onde atuou como presidente da 2ª Câmara Cível e coordenador do Memorial do TJCE. Também esteve à frente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/CE) em 2011. É bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da UFC e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia D. José de Sobral. É ainda especialista em Direito Público. A aposentadoria ocorreu em 25 de abril.

Des. José Arísio Lopes da Costa

JOÃO BYRON DE FIGUEIREDO FROTA

Nasceu em Crateús, a 354 km de Fortaleza. Bacharel em Direito pela UFC, ingressou na magistratura em 1971, tendo sido juiz nas comarcas de Coreaú, Redenção, Ipú e Fortaleza, além de ter respondido pelas comarcas de Pacatuba, Aracoiaba, Baturité e Maranguape. Tomou posse como desembargador do TJCE, pelo critério de merecimento, em 2003. Antes de se aposentar, em 21 de junho, atuava como presidente da 2ª Câmara Criminal.



Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz

JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA

Nasceu na cidade de Mombaça, a 296 km de Fortaleza. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela UFC. Ingressou na magistratura em 1971, tendo sido juiz nas comarcas de Ipaumirim, Tianguá, Viçosa do Ceará, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte e Fortaleza, além de ter respondido pelas comarcas de Ibiapina, São Benedito, Camocim, Jardim, Crato e Santana do Cariri. Tornou-se desembargador do TJCE em 2000. Assumiu a vice-presidência do Tribunal em 29 de janeiro de 2009, para mandato de dois anos. Durante o biênio 2011/2013, foi presidente da Corte. Aposentou-se em 17 de maio.



Des. João Byron de Figueirêdo Frota

MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

É natural de Santana do Acaraú. Ingressou na magistratura cearense em 1979, como juiz substituto da Comarca de Tamboril. Em seguida, trabalhou nas comarcas de Independência e Tianguá, entre outras. Na Capital, atuou na 23ª Vara Cível e 4ª Turma Recursal Professor Dolor Barreira. Também atuou na Vara de Processos de Crimes Contra a Mulher de Fortaleza. Foi eleito desembargador em março de 2010, pelo critério de antiguidade. Aposentou-se no dia 20 de setembro, após 34 anos de serviços prestados à magistratura.

JURISPRUDÊNCIA



Desembargador Gladyson Pontes preside a Comissão Permanente de Jurisprudência e Biblioteca do TJCE

Tribunal de Justiça lança quatro Revistas de Jurisprudência

Comissão Permanente de Jurisprudência e Biblioteca do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) editou quatro volumes da Revista de Jurisprudência em 2013, mantendo a periodicidade trimestral. O objetivo é divulgar o entendimento dominante das decisões de 1º e 2º Graus da Justiça estadual.

Os quatro volumes reúnem 258 acórdãos, duas sentenças, 121 apelações cíveis, 33 agravos de instrumento, três mandados de segurança, duas ações diretas de inconstitucionalidade e três ações rescisórias. Na área criminal, trazem 49 apelações criminais, 32 habeas corpus e 13 recursos crime em sentido estrito.

Cabe à Comissão selecionar os acórdãos, sentenças, pareceres do Ministério Público, entre outros trabalhos jurídicos, destinados à publicação. O grupo orienta, ainda, a aquisição de obras para a Biblioteca do Tribunal e organiza a publicação e atualização da Súmula de Jurisprudência do Tribunal.

Na avaliação do presidente da Comissão, desembargador Francisco Glaydson Pontes, os resultados obtidos foram satisfatórios. "Conseguimos desempenhar um bom serviço, cumprindo nosso mister, com denodo, dedicação ao trabalho e principalmente espírito de equipe".

Os desembargadores Francisco José Martins Câmara, Francisco Bezerra Cavalcante e Jucid Peixoto do Amaral são membros titulares da Comissão. A suplente é a desembargadora Vera Lúcia Correia Lima.

Os exemplares da revista, juntamente com o arquivo gravado em CD-ROM, são enviados aos desembargadores do TJCE, tribunais superiores, tribunais de justiça do país, Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Ceará, Defensoria Pública e bibliotecas das universidades. Já os juízes da Comarca de Fortaleza e do Interior do Estado recebem o CD-ROM.

Os arquivos das revistas também estão disponibilizadas em formato PDF (Acrobat Reader) no Portal do TJCE, no link: www.tjce.jus.br/noticias/noticias_revista_jurisprudencia.asp. O Parque Gráfico do Tribunal é responsável pela editoração, layout, impressão e acabamento da publicação, que é veiculada com o selo da Editora do TJCE.

Desembargador Haroldo Máximo destaca ações acadêmicas, pedagógicas e culturais da Esmec

o primeiro ano da gestão do desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo na direção da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), iniciada no dia 5 de fevereiro de 2013, a instituição investiu nas atividades de formação de juízes e de cursos, seminários e palestras voltados para o aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Em termos de normatização, a Escola foi recredenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), estando apta a ministrar cursos de pós-graduação lato sensu até 2017, bem como emitir certificados de Especialista, conforme Parecer nº 1678/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 27 de agosto de 2013.

Outra iniciativa da atual direção, que tem como coordenador o juiz Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho, está sendo a atualização do Regimento Interno. A proposta encontra-se na Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Outro importante marco legal, na opinião do desembargador Haroldo Máximo, foi a autonomia financeiro-orçamentária da Esmec, conforme Portaria nº 261/2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE)

de 12 de março de 2013.

Quanto às ações acadêmico-pedagógicas e culturais, a Esmec está promovendo o IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos para 45 magistrados em processo de vitaliciamento, com 480 h/a e término previsto em abril de 2014. O desembargador considera importante ressaltar que, nesta edição do curso, estão sendo valorizadas as disciplinas práticas e teóricas, a partir de estudos de caso, bem como as atividades de residência judicial.

ENCONTROS

A Esmec foi palco de grandes encontros em 2013, como a palestra do jurista português Jorge Miranda (maio), a aula-espetáculo do escritor Ariano Suassuna (agosto), o II Seminário Internacional de Direitos da Mulher (setembro) e o IV Encontro da Magistratura Cearense (outubro).

O desembargador Haroldo Máximo ressalta que cursos de curta duração, defesa de monografias, lançamento de livros e outros eventos importantes marcaram o início da atual administração da Escola. Ele destacou também as atividades de inclusão social junto à comunidade do Dendê, que fica no entorno do prédio da Instituição.



Desembargador Haroldo Máximo é o diretor da Esmec



Em termos de normatização, a Escola foi recredenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), estando apta a ministrar cursos de pós-graduação lato sensu até 2017

O diretor da Esmec participou das reuniões do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais de Magistrados (Copedem), realizadas em Recife (16 a 18 de maio), Foz do Iguaçu (22 a 24 de agosto) e Natal (28 a 30 de novembro).

O magistrado representou o TJCE no V Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), em Florianópolis (24 a 27 de outubro). Esteve no Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura, em Vitória-ES (8 de novembro).

A Escola também marcou presença na reunião de coordenadores pedagógicos de escolas da magistratura, realizada em Brasília, promovida pela Enfam (29 a 31 de julho), e do I Encontro de Direito da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), em Natal (28 a 30 de novembro).

Houve o lançamento dos livros "Temas de Processo Penal", com artigos de professores e alunos do curso de Especialização em Direito Processual Penal" (26/04) e "Recursos Especial e Extraordinário no novo Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha" (03/10).

A Revista Themis, volume 9, referente a 2011, foi lançada em 5 de novembro e no dia 22 foi publicado edital, no Diário da Justiça, para recebimento de artigos destinados ao volume 10.

A Escola Superior da Magistratura do Ceará foi criada pela Lei nº 11.203, de 17 de junho de 1986. A missão é desenvolver a formação continuada de magistrados, servidores do Poder Judiciário e demais operadores do Direito, propiciando uma visão atualizada e crítica da ciência jurídica e de áreas afins. Localiza-se no edifício Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, na rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, Água Fria, Fortaleza.

Em 2013, a Esmec ofertou os seguintes cursos: "IV Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" – setembro/2013, Latim Jurídico (4 a 7 de março/2013), "Mediação e Conciliação", em parceria com o Núcleo Permamente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec) e a Corregedoria Geral da Justiça (fevereiro a outubro).

Ofertou, ainda, cursos sobre "Preparação para a seleção do Mestrado em Direito da UFC e Unifor" (março a junho), "Improbidade Administrativa", em parceria com Jurisdictio (14 e 15 de junho) e "Improbidade Administrativa a Distância (EaD)", promovido pela Enfam (12/08 a 06/09), com a participação de juízes vitaliciandos do Ceará.

Ainstituição promoveu cursos sobre "Administração Judiciária" (7 a 28 de julho) para magistrados, "Como fazer um LLM nos EUA" (dia 21 de junho), "Gestão de Pessoas: meio de alcance ao princípio da duração razoável do processo" (9 a 31 de agosto) e sediou o curso "Media Trainning para Magistrados", promovido pela ACM (3 e 4 de agosto).

As capacitações de responsabilidade do Fórum Clóvis Beviláqua realizadas na Esmec foram: "Oficina de Gestão Pública" (5 a 10 de agosto), "Capacitação em liderança e gestão para diretores de Secretaria" (maio a agosto), "Capacitação de Servidores do Centro de Solução de Conflitos" (10 a 19 de setembro), "Simplificação de Processos" (7 a 11 de outubro) e "Gestão de Projetos para gestores do Fórum" (21 a 23 de outubro).

Também foram oferecidos "Curso de Capacitação para a Copa das Confederações" (7 de maio), "Capacitação de Agentes de Proteção da Infância e Juventude (14 de maio), Curso "O Novo Processo Civil" (7 a 9 de novembro) e "Curso Direito da Infância e Juventude" (12 e 13 de dezembro).

CURSOS OFERTADOS



"

Outro importante marco legal, na opinião do desembargador Haroldo Máximo, foi a autonomia financeiro-orçamentária da Esmec, conforme Portaria nº 261/2013

Juizado Móvel de Fortaleza disponibiliza novas viaturas para atendimento

Juizado Especial Móvel completou, no dia 22 de novembro de 2013, 17 anos de atuação na Comarca de Fortaleza. Para comemorar a data, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) disponibilizou novas viaturas para atendimento das ocorrências envolvendo acidentes de trânsito.

Os cinco carros (quatro para circulação e um reserva), contratados por meio de licitação, estão funcionando desde 13 de dezembro. A equipe do Juizado, que atende durante 24 horas, é formada por sete funcionários atuando na Secretaria, 20 conciliadores, 16 motoristas e nove oficiais de Justiça. A segurança durante a prestação do serviço nas ruas é feita por policiais militares.

O principal objetivo é resolver conflitos resultantes de acidentes de trânsito, quando não há pessoas feridas. No local do sinistro, os envolvidos participam de audiência de conciliação e, se houver consenso, o resultado segue para homologação do juiz.

Para as situações em que as partes divergem, é

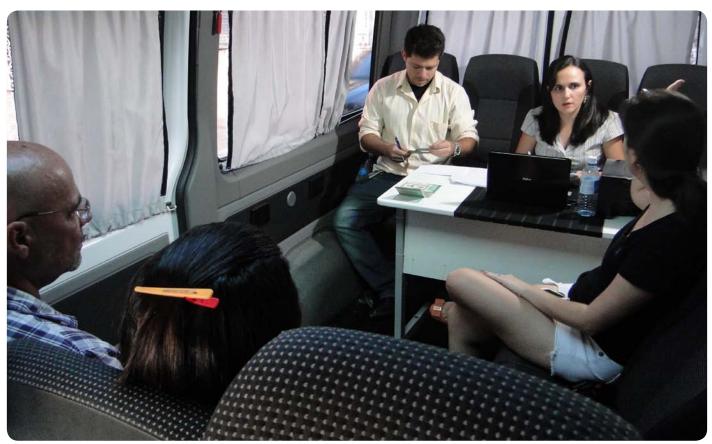
marcada audiência de instrução para o 10° Juizado Especial Cível e Criminal (JECC), localizado na rua Barão do Rio Branco, 1.200, Centro da Capital. Mesmo nessa fase, o acordo ainda é possível. Não ocorrendo, a decisão será do magistrado.

NÚMERO DE ACORDOS PASSA DE 83 MIL

De 22 de novembro de 1996 até dezembro de 2013, foram 97.546 atendimentos. O número de consensos chegou a 85.793. Desse total, 83.384 acordos ocorreram no local do acidente e 2.409 durante a audiência de instrução e julgamento.

COMO ACIONAR O JUIZADO MÓVEL

A escolha de chamar o Juizado Móvel cabe às pessoas que se envolvem em acidentes de trânsito. O serviço é gratuito e pode ser acionado pelos telefones 8778.2161, 8778.2162, 8778.2163 e 8778.2164. As equipes atuam somente na Comarca de Fortaleza.



As audiências são realizadas no local do acidente

CAPACITAÇÃO



Treinamentos favoreceram o aperfeiçoamento em competências gerenciais

Centro de Treinamento Integrado do Fórum realiza 165 capacitações no ano de 2013

Centro de Treinamento Integrado (CTI) do Fórum Clóvis Beviláqua realizou treinamentos para aperfeiçoamento e valorização dos servidores do Poder Judiciário do Ceará. Durante o período de janeiro a dezembro de 2013, o CTI executou 165 capacitações entre elas, cursos, palestras e oficinas. Ao todo foram realizadas 2.536 inscrições.

Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, qualidade no atendimento ao deficiente físico e à criança e ao adolescente, drogadicção e suas implicações sociais, disputa de guarda, estrutura e funcionamento do Fórum, aposentadoria de servidores, potencialização de competências foram temas abordados nas capacitações.

A chefe do setor, Adriana Albano da Rocha, informou que alguns treinamentos foram específicos aos gestores do Fórum e Juizados Especiais de Fortaleza, tanto para os que atuam como diretores de secretaria quanto para os que executam atividades administrativas.

"As capacitações favoreceram o aperfeiçoamento deste público em competências gerenciais, possibilitando a disseminação da importância da educação aos servidores de 1ª

Instância em todos os níveis hierárquicos", ressaltou Adriana.

O setor também desenvolveu o projeto "O Fórum mais próximo da sociedade" destinado aos estudantes de faculdades e ensino médio de escolas públicas e particulares. O objetivo é conscientizar os alunos sobre a função social do Poder Judiciário, a partir do conhecimento da estrutura e do funcionamento do Fórum.

A estudante Karina Brenda, 2º semestre do curso de Direito da Faculdade Integrada do Ceará (FIC), ressaltou a importância da experiência para aumentar os conhecimentos. "Eu gostei da visita porque esclareceram nossas dúvidas e questionamentos sobre como funcionam as Varas aqui dentro do Fórum".

A psicóloga e orientadora profissional Aricia Rocha, também destacou a importância da iniciativa do Fórum em receber os alunos que estão no 3° ano do Ensino Médio, para que eles possam ver na prática como é o trabalho dentro da instituição pública. "È importante para eles terem contato com as profissões para decidir melhor ao fazerem suas escolhas", afirmou.

Ouvidoria do Fórum registra 3.279 manifestações

Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua registrou 3.279 manifestações durante o ano de 2013. Desse total, 1.830 ocorreram por correio eletrônico, 729 por telefone, 717 pessoalmente e três via cartas. Os números representam um aumento de 413 atendimentos em relação a 2012. Os casos são relacionados a reclamações, elogios e consultas para encaminhamentos.

De acordo com a juíza ouvidora, Maria de Fátima de Melo Loureiro, titular da 18ª Vara de Família de Fortaleza, o resultado se deu por conta da melhoria no espaço físico, do aumento do número de servidores trabalhando no atendimento ao público, além da implementação de uma comunicação via e-mail com as unidades judiciárias e administrativas do Fórum.

A juíza destacou a parceria com as ouvidorias da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará (OAB/CE) e da Defensoria Pública do Estado. O objetivo foi estimular os advogados a buscarem a Ouvidoria para realização de qualquer manifestação, evitando assim, o desgaste das partes.

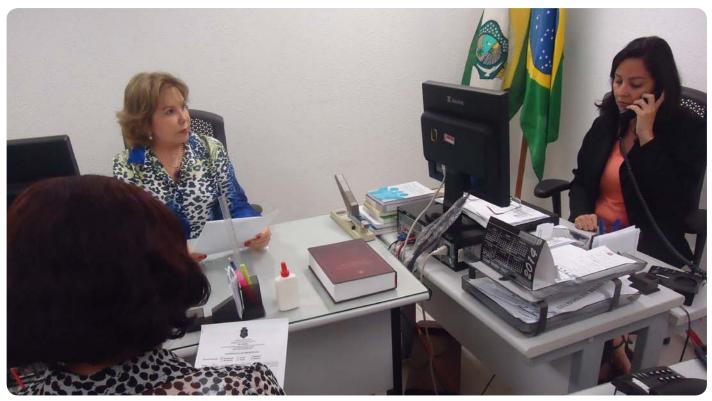
Em 2014, o setor ganhará nova estrutura física. Será criado call center destinado aos atendimentos, sala exclusiva para análise das manifestações recebidas, além de local destinado ao atendimento reservado, caso a parte necessite.

A Ouvidoria funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h. Mais informações pelo telefone (85) 3488.6970 ou pelo e-mail ouvidoriaforum@tjce.jus.br.

66

"

Em 2014, o setor ganhará nova estrutura física. Será criado call center destinado aos atendimentos



Ouvidoria do Fórum firmou parceria com as ouvidorias da OAB e do Ministério Público

ESTRATÉGIAS



Juiz Luciano Lima, diretor do Fórum, priorizou práticas para melhoria da gestão

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua investe em gestão profissional para aumentar eficiência

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua teve como prioridade, durante o ano de 2013, a adoção de práticas voltadas à melhoria da gestão. A aplicação de ferramentas de planejamento e monitoramento de resultados, o uso de critérios técnicos para a tomada de decisões administrativas e a padronização das rotinas e procedimentos de trabalho foram algumas das estratégias encontradas para aperfeiçoar os serviços prestados pelo Fórum.

No início da gestão do juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues, uma equipe de transição identificou as prioridades e traçou as principais linhas de atuação. Para a implementação do novo modelo administrativo, foi formado um grupo de gestores - diretores de departamentos, coordenadores e chefes de seções -, selecionados, conforme o talento profissional, entre integrantes do próprio quadro de colaboradores do Fórum.

A Diretoria passou também a adotar seleções internas como parâmetro objetivo para concessão de Gratificação por Serviço Técnico Relevante. Foi feita ainda a redistribuição dos analistas judiciários, de modo que

todas as unidades contassem com a mesma quantidade de profissionais dessa categoria.

Segundo o diretor, juiz Luciano Lima, essas medidas representam uma quebra de paradigma e contribuem para a consolidação de uma cultura administrativa mais profissional e eficiente, resultando em melhoria da prestação jurisdicional.

Em julho, o magistrado firmou termo de compromisso com o Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) para implantação de um modelo de excelência em gestão. A partir desse convênio, foram identificadas oportunidades de melhorias e elaborados planos de ação, contemplando o aperfeiçoamento das diversas áreas de atuação do Fórum.

Um dos resultados do convênio foi o desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilidade socioambiental. A coleta seletiva de materiais recicláveis passou por reformulação, de modo a ter os resultados otimizados. Foram disponibilizadas lixeiras seletivas em todos os andares do Fórum. O material recolhido (papel, plástico, metal e vidro) passou a ser armazenado em



Essas medidas representam uma quebra de paradigma e contribuem para a consolidação de uma cultura administrativa mais profissional

containers e doado para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rosa Virgínia.

De 07 de outubro a 08 de novembro, foi montado nas dependências do prédio um posto de coleta de sangue, que mobilizou 329 voluntários, dos quais 176 estavam aptos. Por meio dessa campanha, realizada em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), o Fórum contribuiu para estimular o exercício da solidariedade e da cidadania entre colaboradores e usuários.

RECURSOS HUMANOS

Capacitar os colaboradores que atuam no Fórum para estarem aptos a lidar com os novos desafios da administração judiciária foi um dos objetivos prioritários da Diretoria do órgão, durante o primeiro ano da gestão.

O Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais (PDJUD) foi criado com o propósito de auxiliar esses profissionais no aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e atitudes ideais para aumentar a eficiência e melhorar o desempenho das unidades.

Voltado inicialmente para os diretores de secretaria,

o programa promoveu, durante os meses de maio e junho, capacitações sobre temas como "Liderança e Trabalho em Equipe", "Tomada de Decisão", "Teoria do Planejamento", "Planejamento Estratégico do TJCE", "Gratificação por Alcance de Metas (GAM) como Recurso Gerencial" e "Foco em Resultado".

A segunda etapa do programa – que contemplou, além dos diretores de secretaria, gestores de diversas áreas administrativas do Fórum - visou proporcionar o conhecimento necessário sobre ferramentas de gestão e monitoramento de resultados, assim como fomentar uma nova cultura administrativa com foco no cidadão.

O secretário executivo da Diretoria do Fórum, Wilton Bessa, avaliou positivamente o programa de treinamentos. "Houve uma adesão total ao programa, o que possibilitou começarmos a desenvolver as competências gerenciais necessárias a uma nova visão do gestor judicial", disse.

RESULTADOS

O investimento em um modelo de gestão com



Projeto investe na redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias

66

Intervenções realizadas nos estacionamentos do Fórum Clóvis Beviláqua, durante o ano de 2013, resultaram em acréscimo de 300 vagas para carros

foco em resultado, que prioriza o acompanhamento de metas e indicadores de desempenho, motivou a Diretoria a criar a Comissão Temporária de Metodologia de Análise e Melhoria de Performance.

A redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias – indicador utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para medir a efetividade da prestação jurisdicional em tribunais de todo o País – foi estabelecida como meta prioritária do projeto.

A equipe que compõe a Comissão, juntamente com servidores das próprias unidades, atua na retificação e atualização de dados dos sistemas processuais, de modo a evitar que processos já julgados continuem a ser indevidamente contabilizados.

De abril a junho de 2013, a metodologia criada foi aplicada nas Varas da Fazenda Pública, o que resultou em baixa de 13.391 processos e redução de 27,34% na taxa de congestionamento dessa competência.

De julho a outubro, foram contempladas as Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, onde foi alcançado resultado de 11.146 processos baixados e queda de 10,83% na referida taxa. Desde novembro, o projeto está atuando nas Varas de Família.

GESTÃO COMPARTILHADA

Com o intuito de democratizar a gestão e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito do Fórum, a Diretoria sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores e instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, com o objetivo de elaborar, planejar, coordenar e acompanhar projetos e práticas de gestão adotadas no Fórum.

ESTRUTURA FÍSICA

Intervenções realizadas nos estacionamentos do Fórum Clóvis Beviláqua, durante o ano de 2013, resultaram



Materiais recicláveis são doados à associação de catadores



Servidores foram capacitados para atuar na Secretaria Única





A Secretaria Única visa otimizar o uso dos recursos humanos para reduzir o tempo entre a ordem do magistrado e a confecção dos expedientes

em acréscimo de 300 vagas para carros, além da criação de 70 vagas para motocicletas e 60 para bicicletas.

Os estacionamentos localizados no subsolo – destinados aos magistrados, diretores de secretaria, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias do Estado e do Município – passaram por reordenação. A medida melhorou o aproveitamento dos espaços, facilitou o fluxo de veículos e trouxe maior segurança. Esse trabalho permitiu obter 45 novas vagas, totalizando 454 espaços destinados aos veículos.

Já nas áreas externas, reservadas aos chefes de setores e servidores, foram criadas 255 novas vagas para carros, totalizando 543, além dos espaços destinados a motos e bicicletas.

As obras de reforma do prédio também avançaram ao longo do ano, com a substituição de piso, teto e divisórias das unidades judiciais e administrativas, proporcionando melhor atendimento à população que busca os serviços oferecidos pela Justiça de 1º Grau.

SECRETARIA JUDICIÁRIA DE 1º GRAU

Em dezembro, a Diretoria do Fórum iniciou os preparativos para implantação do projeto piloto da Secretaria Judiciária de 1º Grau – Varas da Fazenda Pública, que irá concentrar os serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças, como a produção de mandados, ofícios, cartas, publicações para o Diário da Justiça, entre outros.

Foram oferecidas capacitações para a equipe que atuará na Secretaria e, no dia 19 de dezembro, foram inauguradas as instalações do novo setor, que entrou em funcionamento no dia 07 de janeiro.

Prevista na Resolução nº 2/2013 do Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a Secretaria Única busca otimizar o uso dos recursos humanos e tecnológicos da instituição, visando, dessa forma, reduzir o tempo entre a ordem do magistrado e a confecção dos expedientes, permitindo maior celeridade ao andamento dos processos judiciais.

CONCILIAÇÃO



A juíza Natália Almino Gondim coordena o Centro Judiciário

Centro Judiciário do Fórum adota prática de mediação para solução de conflitos familiares

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua vem adotando desde maio de 2013 a aplicação da mediação para solução de conflitos familiares. As audiências, que envolvem processos de guarda, divórcio e pensão alimentícia, ocorrem todas as quartas e quintas-feiras. As reuniões contam com o apoio de psicólogas voluntárias, além de profissionais da área jurídica.

A juíza coordenadora, Natália Almino Gondim, explica que a mediação é feita em processos mais complexos que necessitam de mais diálogo para se chegar a um entendimento. "Por meio desse novo olhar, a sociedade está mudando. As partes estão procurando se entender. Estamos conseguindo fazer com que um processo de divórcio ou de guarda acabe sem brigas".

O setor também realizou mutirões envolvendo os bancos Itaú e Bradesco, o plano de saúde Camed, a operadora TIM, além de processos de investigação de paternidade e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). O objetivo foi reduzir o acervo processual das Varas Cíveis e de Família, além de promover a pacificação social.

Na força-tarefa envolvendo ações do Seguro DPVAT foram realizas 979 audiências com um total de 592 acordos, o que representou índice de 60,46% de êxito. O evento, que ocorreu entre os dias 18 e 22 de novembro, contou com a participação de 15 Varas Cíveis da Capital,

do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza, do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio/FIC, além de quatro médicos que realizavam as perícias no local.

A coordenadora Natália Almino Gondim destacou ser imprescindível a realização desse tipo de evento em virtude da crescente demanda envolvendo esses tipo de ação. "Os mutirões conciliatórios possibilitam rápida resolução do conflito com a realização de perícia e audiência em única oportunidade, o que promove, como consequência, redução significativa do acervo processual", explicou.

O Centro Judiciário esteve presente também na Semana Nacional da Conciliação. O evento, que ocorreu entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2013, é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais do país. No Ceará, foi coordenado pela desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira, supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec). Foram realizadas 15.499 audiências, das quais 6.322 resultaram em acordos, totalizando 40,79% de êxito.

A conciliação pode ser solicitada durante todo o ano, por meio do site do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), além das próprias varas. Caso haja acordo, será lavrado o termo e assinado pelos advogados, partes e conciliadores. Os autos serão remetidos à vara de origem para a homologação. Caso contrário, o processo segue o trâmite normal.

Coman cumpre 98,31% dos mandados recebidos em 2013

Coordenadoria de Cumprimento de Mandados Judiciais da Comarca de Fortaleza (Coman) diligenciou, certificou e devolveu 205.328 das 208.857 ordens judiciais recebidas no ano passado. O número indica que foram cumpridos 98,31% dos mandados no período.

O índice, o mais expressivo dos últimos anos, foi alcançado mesmo diante do aumento de 29,17% nos mandados expedidos pelas unidades. Em 2012, o setor recebeu 161.685 ordens judiciais.

"A quantidade de mandados está aumentando e, mesmo assim, os oficiais de Justiça vêm fazendo um excelente trabalho, dando cumprimento a quase tudo, graças ao esforço individual que eles têm empreendido", disse o

juiz Eduardo de Castro Neto, superintendente do setor.

O coordenador da Coman, Wagner Sales, também ressaltou o comprometimento dos servidores, que atuam ainda nas unidades prisionais de Fortaleza e Região Metropolitana. Isso pela complexidade do trabalho executado e pelas localizações distantes dos presídios.

Outro destaque, segundo o coordenador, foi o Setor de Urgência da Coman, que tem recebido elevado número de ordens judiciais provenientes das Varas Criminais e da Infância e da Juventude. Atualmente, a Coman dispõe de 180 oficiais de Justiça, distribuídos em rotas que integram as 17 macrorregiões da Capital. Além disso, tem prestado apoio a vários mutirões realizados no Fórum Clóvis Beviláqua.



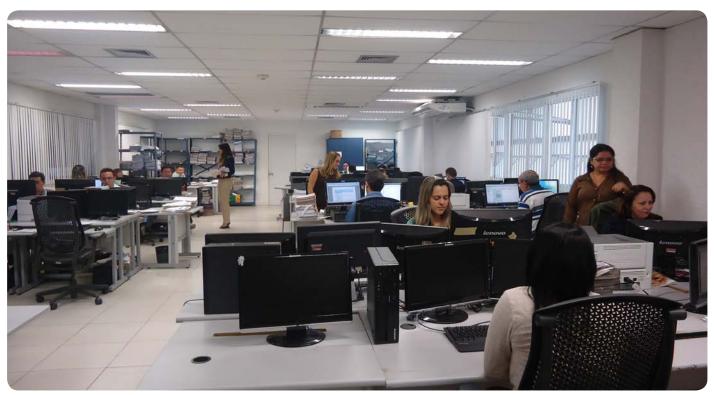
"

O índice, o mais expressivo dos últimos anos, foi alcançado mesmo diante do aumento de 29,17% nos mandados expedidos pelas unidades.



O setor dispõe de 180 oficiais de Justiça, distribuídos em rotas

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA



Há controle rigoroso da sequência cronológica das distribuições

Diretoria do Fórum implementa melhorias no Serviço de Distribuição

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua implementou, em novembro de 2013, medidas para aprimorar o serviço de distribuição dos feitos judiciais da Capital. As novas regras estão previstas no Provimento nº 1/2013, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 17 de outubro.

De acordo com a juíza distribuidora, Ana Cristina Esmeraldo, as inovações trazem uma série de vantagens. Entre elas, está o controle mais rigoroso da sequência cronológica das distribuições e a transparência nas decisões do juiz distribuidor, que passaram a constar nos dados dos processos.

Segundo a magistrada, as novidades também impactam positivamente nos serviços das secretarias das unidades judiciais. Isso porque petições incompletas, que não poderiam originar processos, deixaram de ser distribuídas.

Além disso, o Departamento Judicial do Fórum Clóvis Beviláqua (formado pelos serviços de Protocolo, Distribuição, Malote e Núcleo de Digitalização) esteve envolvido, durante o ano de 2013, com o estudo e a reformulação das rotinas de trabalho para adequação à Norma Iso 9001.

"Isso ocasionou uma significativa melhora no desempenho das atividades. Houve o aumento do controle dos feitos judiciais e a redução do tempo utilizado na execução dos serviços", lembra a juíza.

PRECISÃO DE DADOS

Uma das principais inovações é que as petições iniciais cíveis só podem ser distribuídas quando acompanhadas de cópia do CPF ou CNPJ do autor, exceto por autorização do juiz distribuidor ou do diretor do Fórum. Elas também devem atender à forma legal de uma peça inaugural (não são aceitos documentos avulsos e folhas em branco ou incompletas).

Uma mudança de destaque diz respeito à alteração nos dados cadastrais dos processos (referentes aos nomes das partes, à competência e à classe processual). O trabalho passará a ser feito exclusivamente pelos servidores do setor de Distribuição a partir de abril de 2014.

As alterações cadastrais serão submetidas à auditoria mensal. Além disso, haverá auditoria sistemática, no início e no final de cada ano, para avaliação de todo o sistema de distribuição.



Houve o aumento do controle dos feitos judiciais e a redução do tempo utilizado na execução dos serviços

De acordo com a magistrada, essas medidas garantirão a correta inserção das informações cadastrais no sistema. "Os dados serão mais fidedignos e confiáveis. Com isso, as consultas processuais e emissões de certidões passarão a ser bem mais precisas", observa.

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA

Outra novidade está relacionada à distribuição por dependência, que consiste na distribuição, para um mesmo juízo, de causas semelhantes ou relacionadas a outras ações em curso ou extintas sem apreciação do mérito (desde que haja coincidência de pedidos e de partes).

As solicitações para esse tipo de distribuição passaram a ser previamente submetidas ao juiz distribuidor que, em decisão preliminar, acolhe ou não a pretensão. No caso de um processo com vários autores, ele pode determinar o desmembramento e definir quais ações devem ser distribuídas por dependência.

"Com essa medida, pretende-se assegurar o Princípio do Juiz Natural. A perspectiva é a redução das tentativas de direcionamento indevido de ações", ressalta a magistrada.

REGULAMENTAÇÕES

O Provimento nº 1/2013 também regulamenta práticas que já vinham sendo adotadas pelo Serviço de Distribuição, como a designação, pelo diretor do Fórum, de um juiz distribuidor para a supervisão da distribuição dos feitos judiciais.

Outra situação regulamentada é a possibilidade da distribuição manual, nos casos urgentes, diante de uma impossibilidade técnica de distribuição eletrônica.

A redistribuição também foi regulamentada. segundo o documento, ela só pode ser realizada em cumprimento de uma decisão jurisdicional constante nos autos ou se determinada por órgãos competentes do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) ou do Fórum.



A juíza distribuidora, Ana Cristina Esmeraldo, explica que as medidas permitirão consultas processuais mais precisas

Serviço ultrapassa 641 mil atendimentos e presta mais de 1,6 milhão de informações

Telejustiça realizou 641.070 atendimentos, prestou 1.602.680 informações e obteve índice médio de satisfação dos usuários de 96,76%, no período de de janeiro a novembro de 2013. Os números superam os registrados em todo o ano de 2012 (639.348, 1.598.370 e 91% respectivamente). O serviço é ofertado pelo Fórum Clóvis Beviláqua.

O atendimento foi prestado por telefone (588.218) e pessoalmente (52.854), na Central, localizada do Fórum.

De acordo com o supervisor do setor, Carlos Santos, o trabalho foi facilitado, no ano passado, pela virtualização do Judiciário cearense. Isso porque, com o processo virtual, os atendentes podem fazer a consulta pelo Sistema de Automação de Justiça (SAJ), otimizando a busca de dados. "O Telejustiça passou a dar informações de forma

mais rápida e segura", explica.

Sobre a satisfação dos usuários (formado por advogados, partes e cidadãos), o coordenador ressalta os motivos da confiabilidade conquistada junto à sociedade. "Os atendentes são todos qualificados. Há constante zelo pela segurança da informação", observa.

O Telejustiça completou, em 2013, 17 anos de funcionamento. Entre as informações disponibilizadas estão as formas de ingressar com ação na Justiça e o andamento de processos.

Além disso, o serviço fornece endereços, telefones e horários de funcionamento de órgãos vinculados ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A consulta pode ser pelo telefone (85) 3216.6000 ou presencialmente na central de atendimento do Fórum.



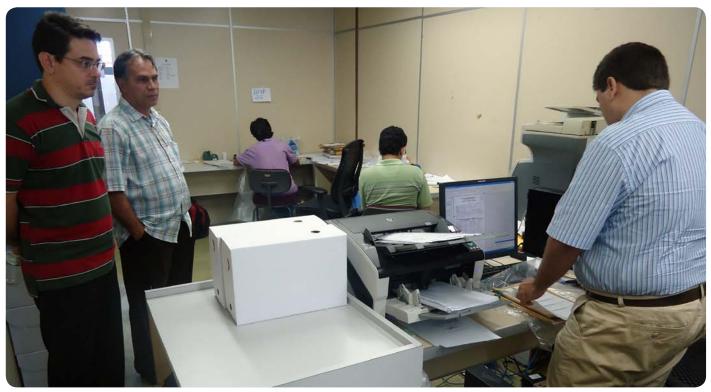
,,

Os atendentes são todos qualificados. Há constante zelo pela segurança da informação



O Telejustiça disponibiliza informações sobre tramitação processual

PROCESSO ELETRÔNICO



Cadastro Nacional de Advogados possibilita peticionamento eletrônico aos operadores de Direito de outros estados

Departamento de Informática do Fórum digitaliza 1,5 milhão de páginas de ações das Varas Cíveis

Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua iniciou, em junho de 2013, a digitalização de processos físicos em tramitação nas Varas Cíveis de Fortaleza. Na primeira etapa dos trabalhos, estão sendo contempladas as ações iniciadas nos anos de 2011 e 2012.

Segundo o diretor do Departamento, Leandro Taddeo, a medida possibilita a otimização de recursos humanos e materiais, melhoria nas condições de trabalho e na utilização do espaço físico das unidades, além de todas as vantagens inerentes ao processo eletrônico, como celeridade e automatização das tarefas.

Foram criados quatro núcleos de digitalização, compostos de infraestrutura tecnológica e equipe especializada para realizar as atividades de higienização e escaneamento de processos, conferência de páginas, controle de qualidade, indexação, assinatura digital e importação dos autos digitalizados para o Sistema de Automação Judicial (SAJ).

Diariamente, os núcleos digitalizam, em média, 5.280 páginas ou 75 processos. Até dezembro, o projeto já havia atendido 19 Varas Cíveis, tendo sido digitalizadas aproximadamente 1,5 milhão de páginas de 20.965

processos, totalizando cerca de 25% do acervo das referidas unidades.

MIGRAÇÃO

Foi realizada também a migração dos dados do Sistema Processual (SPROC) para o Sistema de Automação Judicial (SAJ), buscando a unificação da base de dados e propiciando melhor gerenciamento dos processos pelas unidades judiciais e departamentos administrativos.

Foram submetidos à migração, em sua totalidade, os acervos das Varas Cíveis, Criminais e da Auditoria Militar, totalizando 761.241 processos migrados durante o ano.

MELHORIAS NO SISTEMA

Na atual gestão, estão sendo desenvolvidas ainda diversas melhorias no Portal E-SAJ. A implantação do Cadastro Nacional de Advogados, que visa permitir que operadores do Direito de outros Estados possam se habilitar no peticionamento eletrônico sem necessidade de se deslocarem ao Ceará, e a criação de ferramenta que permite acesso às audiências gravadas são alguns exemplos de iniciativas que estão sendo adotadas para atender às demandas provenientes dos usuários.

SISTEMA CARCERÁRIO



Juíza Luciana Teixeira defende a reconstrução dos valores para recuperação dos apenados

Ações contribuem para reinserção social de apenados e egressos

s Varas de Execução Penal (VEP's) e a Vara de Penas Alternativas e Habeas Corpus (Vepah) da Comarca de Fortaleza desenvolveram, ao longo do ano de 2013, ações voltadas para a reinserção social de apenados e egressos do sistema penitenciário e para redução da reincidência criminal.

Um dos destaques foi o projeto "Fábrica Escola – Teoria e Prática para a Vida", inaugurado no dia 3 de abril, com a proposta de oferecer educação básica e profissionalizante, assistência psicossocial, oportunidades de trabalho e incentivo ao empreendedorismo para exdetentos e familiares.

A iniciativa é fruto de parceria entre as referidas Varas e instituições públicas e privadas, como Fundação Deusmar Queirós, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Associação Cearense de Magistrados (ACM), Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil Secção Ceará (OAB-CE), entre outras.

Segundo a juíza titular da 2ª VEP e uma das idealizadoras do projeto, Luciana Teixeira de Souza, o grande diferencial do projeto é a atuação multidisciplinar.

"Queremos trabalhar com a reconstrução dos valores, para que os reeducandos reconheçam os erros que cometeram e entendam as consequências dos seus atos. Só com essa conscientização, e com o apoio da família, pode haver verdadeira recuperação", afirmou, na ocasião do lançamento.

Durante o ano, houve exposições de peças artesanais produzidas pelos participantes do projeto, nos shoppings Del Paseo e Center Um e no evento 10º Encontro de Mulheres Pague Menos. Para a magistrada, além da oportunidade de geração de renda, esses momentos foram importantes para quebrar preconceitos e mostrar que a ressocialização é possível. "Eles [os egressos] passam a ser valorizados, reconhecidos pelo seu trabalho e começam a se sentir parte da sociedade", disse.

JUSTIÇA NO CÁRCERE

O Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), localizado no município de Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza, foi a unidade prisional escolhida para receber a terceira edição do projeto "Justiça no Cárcere", promovido pelas Varas de Execução Penal. De 23 a 25 de abril, foram



O maior desafio é a sensibilização da família para acolher os internos que já tiveram a periculosidade cessada

realizados 431 atendimentos e concedidos 160 benefícios, como progressão para os regimes semiaberto e aberto, livramentos condicionais e extinções de punibilidade, entre outros

Além disso, os presos receberam também o Atestado de Pena a Cumprir, conforme determina a Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o juiz titular da 3ª Vara de Execução Penal e corregedor de presídios, Cézar Belmino Barbosa Evangelista, a iniciativa contribui para facilitar o acesso do preso à Justiça, combater a morosidade processual e aproximar o Judiciário dos detentos, "concedendo os seus direitos e expondo seus deveres, além de, indiretamente, conscientizar a sociedade acerca da importância de investir na ressocialização, com o fim de diminuir os índices de criminalidade e reincidência".

As duas outras edições do projeto ocorreram em setembro e novembro, nas unidades Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I e II (IPPOO I e II), respectivamente. A força-tarefa conta com a parceria do Ministério Público, Defensoria Pública e OAB-CE, além do apoio da Vara de Penas Alternativas e do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais.

PROJETO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

As Varas de Execução Penal lançaram também, em novembro, o projeto "Arthur Bispo do Rosário – um olhar além da liberdade", com o objetivo de acompanhar o cumprimento das medidas de segurança no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes, além de contribuir para a reinserção familiar e social dos internos.

As medidas de segurança são aplicadas a pessoas que praticaram crimes mas, por sofrerem de doenças mentais, precisam ser submetidos a tratamento psiquiátrico. "O maior desafio é a sensibilização da família para acolher os internos que já tiveram a periculosidade cessada", considera o juiz Cézar Belmino.

O projeto conta com o apoio do Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) e Comissão de Direito Penitenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).

JUSTIÇA E NATAL

Um momento de integração entre apenados e familiares, com sorteios de brindes e mensagens de paz e esperança. Assim foi o evento "Justiça e Natal – um despertar



Solenidade no Fórum reuniu familiares e apenados no evento "Justiça e Natal - um despertar social"



Juíza Graça Quental é titular da Vara de Penas Alternativas



A pena alternativa, desde que cumprida e também fiscalizada, é considerada um dos meios mais eficazes de prevenir a reincidência criminal

social", realizado pelas Varas de Execução Penal no dia 5 de dezembro, no 1° Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua. "Essa Casa [o Fórum], muitas vezes vista como um lugar de punição, é, acima de tudo, um local de acolhimento, um ambiente humano, onde escolhemos corrigir sem destruir", disse a juíza Luciana Teixeira na solenidade.

PENAS ALTERNATIVAS

A Vara de Penas Alternativas e Habeas Corpus deu continuidade, em 2013, às oficinas socioeducativas voltadas para infratores da Lei Maria da Penha. As atividades são promovidas pelo Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica contra a Mulher (Nuah), parceria da unidade com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) e Ministério da Justiça.

Nos encontros, foram abordados temas como: alcoolismo e drogas; impactos da violência doméstica nos filhos; Lei Maria da Penha; e desafios do mercado de trabalho. Os participantes são encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e são acompanhados

por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de Psicologia, Serviço Social e Direito.

A unidade renovou ainda o convênio com a Secretaria de Educação do Estado (Seduc) e Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Paulo Freire para continuidade do Projeto de Escolarização, que atende a apenados que tiveram a pena privativa de liberdade substituída por comparecimento obrigatório a curso educativo. "A educação abre portas para o trabalho e resgata a dignidade do cidadão", afirmou a juíza titular da unidade, Maria das Graças Almeida de Quental.

A magistrada promoveu também encontro com entidades que recebem apenados para a prestação de serviços à comunidade. O objetivo foi orientar coordenadores de escolas públicas, hospitais, postos de saúde e entidades filantrópicas sobre os procedimentos que devem ser adotados durante a execução da medida. "A pena alternativa, desde que cumprida e também fiscalizada pela Vara, pelo Estado e pela comunidade, é considerada um dos meios mais eficazes de prevenir a reincidência criminal, propiciando ao apenado o desenvolvimento da sociabilidade", afirmou.



DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ































































Des. Carlos Alberto Mendes Forte











Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite





Desa. Maria Gladys Lima Vicira











Assessoria de Comunicação

do Poder Judiciário

A Assessoria de Comunicação conta com a participação dos magistrados e servidores para mostrar o trabalho da Justiça cearense. Fortaleça o nosso canal de comunicação enviando decisões e ações de interesse público para o e-mail: imprensa@tjce.jus.br

